

Condicionantes eleitorais e organizacionais nas trajetórias de sobrevivência do PT e PFL/DEM

Pedro Paulo de Assis¹

Área Temática: Partidos e Sistemas de Partidos

Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latino-americano de
Ciência Política (ALACIP). Montevideú, 26-28 de julho de 2017.

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos, email: deassisfb@gmail.com

² As condicionantes organizacionais a serem analisadas consistem nas: composições/participações das elites estaduais nas

Resumo: o estudo proposto tem por finalidade investigar as condicionantes organizacionais e eleitorais nas trajetórias de sobrevivências dos partidos no atual sistema representativo. Essas condicionantes consistiriam nos fatores que incidem sobre as possibilidades de manutenção/controle/uso da máquina partidária na organização das relações representativas. A investigação se apoia em um estudo comparado do PT e do PFL/DEM. O contraste entre os casos selecionados possibilitaria observar uma variabilidade promissora de trajetórias partidárias – possibilitando comparações ricas no exame das condicionantes eleitorais e organizacionais –, na medida em que apresentam em seus históricos: crescimentos/declínios eleitorais e alinhamentos governistas/oposicionistas, passando por um quadro refundação de partido, até cenários de estabilidade e dissensões partidárias para novas organizações. Nessa linha – por meio das atas referentes à prestação de contas e à relação de membros de órgãos diretivos dos Diretórios Nacionais do PT-PFL/DEM e do repositório de dados eleitorais, ambos disponíveis no TSE – o artigo visa construir as linhas históricas das trajetórias partidárias pelo alinhamento da dimensão eleitoral e organizativa dos partidos, procurando entender como a variação de ambas as condicionantes afetariam as trajetórias declínio/domínio dos partidos nas esferas de decisão. A evolução das candidaturas, apoio eleitoral, índice de Gini das votações (pela concentração de votos nominais por candidaturas) e o histórico dos eleitos em todos os pleitos por UF, comporiam a dimensão eleitoral. E a dimensão organizacional pela relação das comissões executivas nacionais, eleitores filiados e fontes de captação e divisão intrapartidária de recursos.

O trabalho a seguir corresponde ao início de uma caminhada: entender como as organizações partidárias brasileiras sobrevivem no atual regime representativo. A sobrevivência partidária diz respeito ao problema de pesquisa enfrentado. E experimentará a tese das especializações estratégicas entre a arena organizacional e eleitoral. Esses primeiros passos consistem na investigação comparada das condicionantes organizacionais e eleitorais tomadas pelo PT e PFL/DEM – com ênfase entre 1995 e 2014 nos Legislativos nacional e estadual. As condicionantes organizacionais e eleitorais consistem nos fatores que incidem sobre as possibilidades de manutenção/controle/uso da máquina partidária na gestão do conflito nas arenas eleitorais e organizacionais².

Aqui a sobrevivência partidária é entendida como os diferentes cursos tomados pelos partidos políticos no governo representativo no nível nacional. Corresponde à associação entre os comportamentos de uma coalizão dominante na mobilização do partido (nas arenas organizacional e eleitoral) e os resultados advindos em cada campo de atuação (o controle na articulação da organização e as posições de poder alçadas). Sobrevivência é a síntese entre as estratégias partidárias empregadas e suas trajetórias percorridas em cada arena representativa. As especializações estratégicas fazem referência à hipótese principal do *paper*. Em resumo, seriam as contínuas e alinhadas estratégias empregadas por uma coalizão dominante em cada arena representativa. Esses comportamentos são especializados no sentido de singularizar/distinguir um caminho adotado por um partido que associe: a manutenção do consistente domínio da articulação da organização partidária (acesso e controle restritos da cúpula do partido –

² As condicionantes organizacionais a serem analisadas consistem nas: composições/participações das elites estaduais nas Comissões Executivas Nacionais dos partidos; eleitores filiados por UF; peso das fontes de captação de recursos; e repasses internos dos recursos do fundo partidário. E as condicionantes eleitorais a investigadas são: distribuição das votações nominais por UF e pleito; candidaturas competitivas – Gini da concentração de votos nominais dos candidatos por UF e pleito; e cadeiras conquistadas pelos partidos por UF e pleito.

Comissão Executiva Nacional) e a busca de determinadas cadeiras (Câmaras dos Deputados Federais e Estaduais) em certos distritos eleitorais/UF's. Isto é, um grupo de atores políticos, internos e externos ao partido, acessa e domina a organização (Panebianco, 2005; Michels, 1982), privilegia determinadas disputas eleitorais em certos distritos/UF's (Melo, 2010; Borges, 2015) na busca de específicas posições de poder.

Além desta breve introdução, o artigo se divide em mais quatro seções. Na primeira, farei uma síntese do problema de pesquisa abordado – a sobrevivência partidária –, posicionando-o na literatura. Na segunda e na terceira seções apresentarei as trajetórias organizacionais e eleitorais do PT e do PFL/DEM experimentando a tese das especializações estratégicas. E, por fim, encerrarei com considerações sobre os achados deste inicial estudo.

1. Por que sobrevivência partidária?

1.1 Debate

O interesse nessa questão de pesquisa surge da recente literatura de mudança organizacional (Harmel e Janda, 1994; Bardi *et al.*, 2015; Ponguntke *et al.*, 2016), que, entre outros problemas, foca em entender como determinadas organizações partidárias se mantêm competitivas no tempo. Por outro lado, as raízes da questão da sobrevivência partidária têm base na tradicional literatura de partidos – nas investigações das competitivas organizações que emergiram dominaram o cenário político, principalmente a partir da segunda metade do século XIX e no século XX. E compreender esses fundamentos é importante para entender como a sobrevivência partidária se tornou um problema de pesquisa relevante na atualidade.

A emergência e a consolidação dos regimes representativos desde o final do século XVIII até as formas mais atuais estiveram e estão fortemente associadas à emergência e consolidação dos seus respectivos partidos políticos (Sartori, 1982). Em um primeiro momento, a literatura focou, entre outros temas, na investigação das características que concediam protagonismo na gerencia do conflito a determinadas organizações em detrimento a outras (Krouwel, 2006), ou seja, nas propriedades de certas configurações organizacionais que permitiam alguns partidos serem mais competitivos que outros.

Mas o que seriam de fato esses partidos políticos competitivos? As respostas da literatura são muitas – partidos de massas (Duverger, 1980), partidos cartel (Katz e Mair, 1995), partidos *catch-all* (Kirccheimer, 2012), etc. E o fator preponderante para as divergências propositivas, mais do que diferenças teóricas, estaria no fato de as respostas serem contextuais – os particulares tempos e espaços das análises impactam decisivamente nas propostas dos tradicionais autores³. Tais modelos de partidos podem ser compreendidos como configurações genéricas do que seriam partidos políticos competitivos (nas eleições, no parlamento e/ou como organizações) quando inseridos em determinadas estruturas sociopolítica datadas. E, para além de uma visão estática da competição representativa, outro ponto que estas conhecidas análises revelam, quando colocadas em perspectiva histórica, é que para manter os seus protagonismos nas relações representativas os partidos mudam⁴. Logo, tão importante quanto às capacidades competitivas das organizações partidárias em determinado contexto são suas capacidades de adaptabilidade à mudança de contextos.

Competitividade e adaptabilidade dos partidos políticos, este dueto acompanha as trajetórias dos governos representativos, inclusive do brasileiro (Motta, 2008; Fleischer, 2007; Leal, 2012; Souza, 1976). Podemos até afirmar que a história das relações representativas e da sobrevivência partidária são lados da mesma moeda⁵.

O passo seguinte realizado por parte da literatura da área – na medida em que já fora explorado extensivamente *o que é* um partido competitivo em dado contexto – foi, e continua sendo, entender *o como* uma organização partidária se mantém competitiva. A resposta já foi dada e é, a primeira vista, simples: mudando, adaptando-se. Entretanto, relatar a ocorrência de um fenômeno – as trajetórias das relações representativas –

³ É só observarmos, por exemplo, os diversos modelos partidários consolidados historicamente na literatura e os dados e diferentes contextos em que são apresentados: o partido de quadros e massas do Duverger ([1951]1980) compreende a realidade do oeste europeu entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX; o partido *catch-all* do Kirccheimer ([1966]2012) e o partido profissional eleitoral do Panebianco ([1982]2005) referem-se ao período pós-IIIGM na Europa ocidental; e o partido *cartel* do Katz e Mair (1995) diz respeito ao último quarto do século XX no norte global.

⁴ Se recorrermos à literatura novamente, a questão da resiliência histórica dos partidos ganha contornos concretos. Chamo atenção para três episódios de adaptabilidade destacados pelos modelos partidários dos autores citados: *o contágio pela esquerda* dos partidos de quadros na Europa do início do século XX (Duverger, 1980); a desideologização do eleitorado, a homogeneização das estratégias eleitorais acompanhada profissionalização eleitoral dos partidos de massas (*catch-allização*) pós II-GM na Europa (Kirccheimer, 2012); e a *cartelização* dos partidos governistas pelo usufruto dos recursos estatais no norte global no final do século XX (Katz e Mair, 1995).

⁵ Ambos os lados, a partir de perspectivas diferentes, ilustram os mesmos atores nos mesmos processos: o conflito pelo poder político em regimes representativos organizados por partidos. Do lado das relações representativas podemos observar grupos sociais e políticos competindo pelo controle/influência da máquina partidária com fins de ganhar/sustentar espaço na esfera de decisão. E do outro lado observamos elites partidárias, com vistas à manutenção da organização e realização de seus objetivos, mobilizando a participação dos entes das esferas social e política sanando suas demandas organizacionais de forma a se adaptar ou predominar sobre as arenas social e estatal. As duas perspectivas apresentam, por caminhos diferentes, as mesmas dinâmicas: as disputas contínuas pelas posições de controle das máquinas partidárias; os acordos de prestações, trocas e barganhas na construção de projetos/plataformas de representação; a projeção eleitoral de grupos às arenas de decisórias; e as alianças entre forças na formação de governos ou oposições.

simplesmente pela existência de uma causa necessária anterior – a adaptabilidade histórica das organizações partidárias –, não gera ganhos de compreensão: “para propósitos explicativos, o que importa é o mecanismo.” (ELSTER, 1994, p.24), a dinâmica do processo de sobrevivência partidária. E enfrentar tal questão ainda é ponto em disputa e construção na literatura – embate no qual me juntarei.

Apesar da questão da mudança organizacional estar presente durante o desenvolvimento da tradicional literatura de partidos, foi um aspecto discutido marginalmente. É a partir do final do século XX com o desenvolvimento da perspectiva organizacional de Panebianco⁶ ([1982] 2005) e da tripartição das arenas de atuação partidária de Strom (1990) e do Katz e Mair (1993)⁷ que essa literatura ganha um maior fôlego – desenvolvendo ferramentas analíticas importantes e avançando no sentido de explorar mais detidamente os mecanismos da mudança partidária.

Diversos são os caminhos e as abordagens trilhados pelas correntes dessa literatura recente. Entretanto, podemos classifica-las pelo critério da *origem da mudança partidária* (Harmel e Janda, 1994) e, também, a partir dos seus entendimentos da mudança partidária como variável *discreta* ou *contínua* (Bardi, Calossi, Pizzimenti, 2015). Tal classificação permite identificar duas tendências gerais nessa literatura, dividindo-as quanto às suas diferentes compreensões dos processos que cercam a mudança nas organizações partidárias.

A primeira tendência se filia a uma perspectiva que compreende a origem da mudança partidária como um processo que tem como principais causas alterações dos ambientes social e/ou estatal. E o papel da organização partidária nesse processo de mudança seria passivo – o partido muda por uma reação as pressões do ambiente. As correntes que admitem esse processo como passivo acabam por classificar a mudança como uma variável discreta. Isto é, quando expostos a determinadas condições ambientais, os partidos, de forma homogênea, seriam levados a adquirir determinadas

⁶A perspectiva organizacional do Panebianco tem como principal vantagem a possibilidade de observar o funcionamento do sistema representativo de dentro da organização partidária. A partir da contribuição do autor italiano, passa a ser possível investigar as relações representativas, entre as arenas social, estatal e partidárias, a partir das instituições as operam, possibilitando analisar com mais detalhes os mecanismos que dão realidade a tais dinâmicas. Outro ponto que contribuiu fortemente com a literatura de mudança organizacional faz referência à centralidade que a dinâmica da competição intrapartidária toma (disputas pelo acesso domínio e controle do partido) para explicar os movimentos da organização. Neste sentido, duas de suas contribuições conceituais se destacaram e ecoaram pela literatura – as noções de zonas de incerteza e coalizão dominante.

⁷A ideia da tripartição das arenas de atuações partidária, desenvolvida por Strom (1990) e depois por Katz e Mair (1993), adaptou a perspectiva organizacional aos diversos níveis das relações representativas que os partidos potencialmente agem. Daí surgiu as já clássicas tipologias de estratégias partidárias (Strom, 1990) – vote-seeking, office-seeking e policy-seeking – e das dimensões partidárias (Katz e Mair, 1993) – party on the ground, party in central office e party in public office –, as quais passam a ser instrumentos de análises centrais na literatura de partidos e, principalmente, na literatura de mudança organizacional. Até nos dias de hoje é difícil observar uma análise que fuja a esse instrumental.

características, a mudar num mesmo sentido. Essa tendência tem como principais expoentes na literatura internacional Duverger (1980), Sartori (1982) e Kircheimer (2012). E também encontra ecos na literatura nacional, por exemplo, Mainwaring (1993), Mendes Ribeiro (2014) e Meneguello (1989).

A segunda tendência, além de fatores ambientais, adiciona a origem da mudança organizacional o conflito intrapartidário. Os processos que abrangem a mudança partidária teriam como causa, de forma conjunta, pressões do ambiente e alterações no equilíbrio de forças internas à organização, “*party change does not ‘just happen’*” (Harmel e Janda, 1994, p.261). Pressões ambientais, nessa perspectiva, só irão causar mudanças se alterarem as relações de poder dentro do partido – caso a coalizão dominante seja ameaçada (Panebianco, 2005). Diferente da primeira tendência, essas correntes adotam um entendimento da variável mudança partidária como contínua. Ou seja, os processos que cercam as possíveis mudanças dos partidos políticos envolvem uma relação de tensão contínua entre pressões ambientais e respostas organizacionais, quando tal relação altera o equilíbrio de poder no conflito intrapartidário a mudança tenderia a ocorrer. Apesar de recente na literatura internacional – Panebianco ([1982] 2005); Katz e Mair (1994); Harmel e Janda (1994); Carty (2004); Harmel e Taylor-Robinson (2007); Bardi, Bartolini e Trechsel (2014); Bardi, Calossi e Pizzimenti (2015)–, a literatura brasileira já acompanha, em parte, tal perspectiva – Guarnieri (2009); Ribeiro (2010); Amaral (2010).

Duas implicações podem ser inferidas da comparação entre as genéricas tendências. Primeiro, a segunda tendência, ao contrário da primeira, não generaliza as inclinações às mudanças partidárias – as respostas organizacionais dos partidos a incentivos ambientais comuns não necessariamente são as mesmas, partidos com comportamentos diferentes podem mudar de formas diferentes. E segundo, em termos da dinâmica dos processos que envolvem as mudanças partidárias (ELSTER, 1994), a segunda tendência possui ferramentas analíticas mais adequadas para investigar os mecanismos que operam esse fenômeno – as relações entre os fatores ambientais e organizacionais que desencadeariam os processos de mudanças. O *paper* caminha seguindo esta segunda tendência, pelo emprego da perspectiva organizacional e das

arenas de atuações partidárias como recursos de análises para identificar possíveis tendências nas trajetórias de sobrevivências partidárias no contexto brasileiro⁸.

Na literatura nacional, talvez, a principal chave utilizada para pensarmos as relações entre partidos e sociedade (*party on the ground*) seja a institucionalização do sistema partidário na arena eleitoral⁹. As primeiras correntes (Nicolau, 2007; Mainwaring, 1993; Fleischer, 2007; Pereira e Muller, 2003; Desposato, 2007) focaram no efeito que das regras eleitorais e partidárias causariam nos padrões de competições pelo acesso a esfera de decisão – e diagnosticaram um arranjo competitivo-eleitoral pouco convidativo a estabilidade e governabilidade do sistema¹⁰. Já as correntes mais recentes (Krause, 2005; Ribeiro, 2006; Braga, 2010; Melo, 2010; Carreirão, 2014; Borges, 2015) dão um passo além dos aspectos formais e exploram os comportamentos e as estratégias competitivas empregadas entre as forças partidárias na estruturação das disputas eleitorais, entendidas como razoavelmente equilibradas. Aliando a literatura voltada aos parâmetros formais das eleições e a literatura que foca os comportamentos competitivos dos partidos políticos nessas disputas, podemos pensar, do ponto de vista da organização partidária, em termos de estratégias de sobrevivência eleitoral no *party on the ground* – posicionamentos e resultados eleitorais dos partidos de acordo com os pleitos e distritos eleitorais em disputa.

Por dentro do partido (*party in central office*), a literatura brasileira vai se desenvolver com mais fôlego para analisar as organizações que emergem após a Reforma Partidária de 1979. Um ponto de partida central foi o estudo da formação do Partido dos Trabalhadores da Meneguello (1989) e correntes na área (Ribeiro, 2010; Tarouco, 1999; Mendes Ribeiro, 2014) seguiram o mesmo caminho – estudos de casos que avançaram no sentido de esclarecer as dinâmicas internas que cercavam o funcionamento da organização e as relações de poder intrapartidária (acesso, domínio e controle do partido). Esses percursos estudos foram de grande importância tanto para esclarecer os componentes da estrutura interna dos partidos brasileiros como na

⁸ Nestes primeiros passos, a perspectiva organizacional utilizada será composta pelas arenas representativas trabalhadas mais a fundo pelas correntes acadêmicas brasileiras – *party on the ground* e *party in central office*.

⁹ Junto à dimensão eleitoral, na literatura internacional, a dimensão cúpula e base partidária também é típica dos estudos *party on the ground*. Entretanto, na literatura nacional, o fôlego dos estudos se canalizou com mais força na dimensão eleitoral, por isso o destaque no texto.

¹⁰ Na medida em que favoreceria: alta fragmentação eleitoral, coligações eleitorais ideologicamente pouco consistentes, disputas intra-listas, legendas de aluguel e personalização das campanhas, por exemplo.

elaboração das abordagens e dos instrumentos de análises das organizações nacionais. E, assim, permitindo uma segunda onda de contribuições na área (Speck *et al.*, 2015; Guarnieri, 2009; Bolognesi, 2012; Speck, 2016; Ribeiro, 2013; Braga e Amaral, 2013) – estudos comparados de componentes da estrutura interna dos partidos, investigações que confrontam as formas como os partidos se organizam e seus efeitos nas relações representativas¹¹. Inspirados em ambas as contribuições, a construção da análise e das variáveis a serem proposta vai procurar reunir os componentes da estrutura interna do partido para investigar comparativamente em que sentidos o *party in central office* se desenvolve nos partidos brasileiros, quais seriam suas estratégias organizacionais – formas de domínio e articulação da organização partidária.

Como a síntese discussão procurou apontar, a literatura de mudança organizacional vem caminhando a passos largos e a questão da sobrevivência partidária – como organizações se mantem competitivas no tempo – ganhando os holofotes. O *paper* visa se inserir no debate. Entender como os partidos políticos brasileiros sobrevivem, a partir de uma perspectiva organizacional composta e em termos de suas estratégias empregadas nas arenas representativas organizacionais e eleitorais, é o caminho que iniciarei.

1.2 abordagem empírica

O recorte empírico dos casos e dos intervalos de tempo e espaço, assim como o método empregado, seguem clássicos critérios da literatura de partidos: o estudo comparado de grandes organizações em cenários sociopolíticos efervescentes¹². Os partidos escolhidos foram o PT e PFL/DEM, os recortes de espaço e tempo foram o Legislativo nos níveis nacional (Câmara dos Deputados Federais) e estadual (Câmaras dos Deputados Estaduais) entre 1995 e 2014 e o método empregado foi o comparado, em sua vertente *process-tracing* em *path dependence*. Caminhemos por partes.

Os critérios que pesaram na seleção dos partidos para o estudo do fenômeno da sobrevivência partidária foram casos representativos (Gerring, 2007) de grandes organizações partidárias brasileiras em cenários oscilantes (Fleischer, 2007). Os partidos selecionados (PT e PFL/DEM) nos intervalos de tempo (entre 1995 e 2014) e

¹¹ Surge daí pesquisas de maior fôlego para captar, por exemplo, como o recrutamento de filiados e de candidatos, a dinâmica de financiamento e/ou a auto regulação estatutária dos partidos afetam a responsividade entre sociedade e governantes

¹² Desde Duverger (1980) – passando Kircheimer (2012) e Panebianco (2005) – até Katz e Mair (1994), os critérios apontados se aplicam: o estudo comparado de partidos políticos de destaque no cenário nacional em contextos sociopolíticos ricos e complexos.

espaço (Legislativos nos níveis nacional e estadual de disputa) recortados apresentam uma diversidade de trajetórias organizacionais e eleitorais – passando por viradas entre governo e oposição, movimentos de ascensões e declínios eleitorais e chegando até desequilíbrio e refundação de uma organização. Deste modo, as investigações dos casos na linha de tempo proposta cobrem trajetórias emblemáticas dos partidos políticos brasileiros contemporâneos.

Como o objetivo é entender as trajetórias de sobrevivência partidária dos casos selecionados no regime representativo atual, a utilização da perspectiva comparada – ferramenta clássica na investigação de sistemas e estruturas sociais e institucionais – ganha relevância (von Beyme, 2008) e, portanto, um último ajuste se faz necessário para elencar qual abordagem comparativa utilizar (Keman, 2008). Seguindo a literatura organizacional de partidos¹³, a alternativa escolhida foi emprego da técnica *process-tracing* em perspectiva *path-dependence*¹⁴ (George e Benneth, 2005; Rezende, 2011). Acredito que o emprego dessa abordagem possibilitará a identificação das trajetórias de sobrevivência acionadas pelas organizações partidárias e a análise de suas aproximações e diferenças.

A pergunta que permeiam o *paper* é a seguinte: que tipo de comportamento/estratégia foi adotado pelo PFL/DEM e pelo PT em suas trajetórias de sobrevivência nas competições representativas – nas arenas organizacional e eleitoral? A hipótese gira em torno da ideia de que os partidos traçam seus caminhos de sobrevivência na medida em que se especializam competitivamente (Michels, 1982) em suas arenas de atuação no governo representativo. Em outras palavras, as capacidades dos partidos de se manterem competitivos no tempo (sobreviverem) estariam ligadas as suas capacidades de se especializarem estrategicamente nos dinâmicos jogos das relações representativas – ao apresentarem estratégias competitivas contínuas e alinhadas nas arenas organizacional e eleitoral.

A hipótese sustenta uma ideia de sobrevivência que é uma adequação da *Lei de ferro das oligarquias* do Michels (1892) e da perspectiva organizacional do Panebianco (2005) ao institucionalismo histórico (Pierson, 2004). E visa testa-la na arena

¹³ Como o estudo comparado do Panebianco (2005) sobre o grau de institucionalização de algumas organizações do oeste europeu da segunda metade do século XX. Ou como a pesquisa de Kircheimer (2012) sobre a homogeneização das máquinas eleitorais dos partidos europeus pós Segunda Guerra Mundial.

¹⁴ Tal abordagem permite, ao mesmo tempo, rastrear as dinâmicas dos processos de sobrevivências (Elster, 1994) e considerar o *timing*, a sequência e os lastros históricos produzidos pelas cadeias de eventos investigados nas trajetórias partidárias percorridas (Pierson, 2004) – possibilitando observar, assim, os processos das mudanças partidárias e suas causas.

organizacional e expandi-la para a arena eleitoral por meio da tese das *especializações estratégicas*. Melhor dizendo, a hipótese afirma que o processo de sobrevivência ocorre na medida em que partidos empregam comportamentos estratégicos especializados nas competições representativas: contínuos – perpetuam-se com o tempo – e alinhados – coordenando a mobilização partidária entre os jogos em cada arena. Ou seja, organizações partidárias: oligarquizam-se (um grupo de dirigências, financiadores e integrantes da base mantem pra si o acesso e controle do poder no partido) e a coalizão dominante mobiliza a máquina eleitoral do partido em busca de determinadas cadeiras (Câmara dos Deputados Federais e Câmara dos Deputados Estaduais).

A partir das leituras do Michels (1982) e do Panebianco (2005), a sobrevivência pode ser entendida como o domínio e controle contínuo da organização por um grupo/uma coalizão dominante. Essa gerência sobre a articulação da organização está ligada ao êxito na manutenção das linhas de autoridade interna no partido pela alocação contínua de um fluxo de incentivos seletivos e coletivos aos jogadores na organização, de acordo com seus pesos e desequilíbrios no conflito partidário – membros internos (base, *staff*, dirigentes e candidatos/parlamentares) e externos (grupos de interesse, eleitores e sociedade civil organizada). A manutenção desses fluxos de bens é associada às dinâmicas que, em grande medida, envolvem o êxito nas estratégias organizacionais e eleitorais¹⁵. Nessa linha, o sucesso contínuo nos jogos em cada arena levaria a determinada trajetória sobrevivência (Pierson, 2004): uma especialização competitiva – a manutenção das estratégias competitivas empregadas por um partido nas arenas representativas. E a irregularidade/falência de alguma das estratégias nessas arenas levaria a necessidade de uma nova especialização competitiva – que envolveria novas estratégias, uma nova distribuição de fluxo de bens e, possivelmente, uma nova composição da coalizão dominante para dar conta da nova dinâmica.

2. Trajetórias organizacionais

O foco a partir desta seção é a comparação das trajetórias organizacionais e eleitorais do PT e do PFL. O objetivo é explorar possíveis padrões estratégicos de domínios organizacionais e disputas eleitorais no intervalo de tempo pesquisado. Nesta perspectiva, os instrumentos de análise passam a ser direcionados a um quadro mais

¹⁵ Candidaturas competitivas para candidatos/parlamentares; secretarias nos diretório para dirigentes, por exemplo.

descritivo do conflito representativo, tentando entender comparativamente os comportamentos partidários na competição política. A compilação e análise dos dados foi feita a partir do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) e as fontes de pesquisas restringem-se a dados secundários (Tarouco, 1999; e Ribeiro, 2010) e dados coletados no site e no arquivo do TSE¹⁶.

2.1 *Dirigências das Executivas Nacionais*

Como podemos observar a partir de Tarouco (1999) e Ribeiro (2010), o PFL/DEM e o PT passaram por processos progressivos de centralização das principais prerrogativas de organização da máquina partidária nas Comissões Executivas Nacionais (CEN) – dinâmica acentuada a partir da Lei Nº 9.096, que conferiu autonomia organizativa as forças partidárias (Ribeiro, 2013). Tanto no Partido dos Trabalhadores como no Partido da Frente Liberal/Democratas o acesso, controle e direcionamento/uso da organização partidária envolveu cada vez mais a disputa pela ocupação e domínio dos órgãos das suas Executivas Nacionais. As tabelas 1-3 mostram os resultados dessas disputas entre as elites estaduais nas composições das Comissões Executivas Nacionais do PFL/DEM e do PT.

O Partido da Frente Liberal entre 1996 e 2003 apresentou uma sólida estabilidade e baixíssima variação nas composições das elites estaduais nas Executivas Nacionais. Alegar que houve um processo de cristalização das dirigências políticas na organização não seria nenhum exagero – entre 1999 e 2001 a disposição de forças foi a mesma e nos demais anos as mudanças são pontuais e em cargos mais secundários. A refundação do PFL em Democratas não apenas alterou a configuração organizacional do partido, como modificou os alinhamentos nas disposições das forças estaduais. Com o processo de refundação em 2006/2007 e primeira eleição do Democratas em 2008, a tendência de cristalização em um número restrito de elites estaduais do PFL deu lugar a fragmentação das forças e maior rotatividade dos cargos.

O primeiro ponto que chama atenção ao observar o novo órgão democrata é a expansão e reconfiguração organizacional da executiva. O partido passa a se compor por um conjunto bastante variado e especializado de “Vice-presidências” e as lideranças

¹⁶ Atas de relações de membros dos órgãos executivos nacionais dos partidos, prestações de contas partidárias e repositório de dados eleitorais do TSE.

do Congresso deixam de fazer parte da primeira linha do órgão. No que diz respeito à disposição das forças, um maior número de elites estaduais passam a compor o partido. E a rotatividade mencionada dos cargos entre 2008 e 2015 seria mais uma indicação de reacomodação de forças do que renovação sucessiva de elites. Se olharmos com cuidado a variação dos cargos é possível perceber que ela é fruto, majoritariamente, de permutas entre elites estaduais e não novos ingressos de dirigentes de outros estados¹⁷ – após um primeiro momento de instabilidade na cúpula do partido, a composição da CEN do Democratas já passa a ensaiar um novo congelamento das lideranças.

No Partido dos Trabalhadores é inegável a contundência da elite de São Paulo na maioria dos assentos e nos cargos de primeira linha da Comissão Executiva Nacional durante 1995 e 2014. O processo de oligarquização cirúrgica¹⁸ apontado por Ribeiro (2010) aparenta persistir com força em grande parte do período analisado – a Presidência, Vices-Presidência, Secretaria Geral e Secretaria de Organização são praticamente monopolizadas pela elite paulista. Por outro lado, apesar de ser prematura qualquer conclusão mais sólida, chama atenção as disposições de forças a partir de 2010, nas quais a presença paulista parece estar diminuindo – destaque para a CEN de 2014 com apenas duas cadeiras ocupadas pelo PT de SP.

¹⁷ O ano de 2011 chama atenção por apresentar duas composições da Executiva Nacional. Isso se deu devido ao evento de dissidência no partido para a formação do PSD – liderado pelo ex-democrata então prefeito de São Paulo Gilberto Kassab.

¹⁸ Manutenção de cargos-chaves de uma organização por um grupo dominante.

	1996	1999	2001	2003
Presidente	SC	SC	SC	SC
1 Vice-Presidente	RN	PE	PE	PE
2 Vice-Presidente	MG	RN	RN	RN
3 Vice-Presidente	-	MG	MG	RJ
4 Vice-Presidente	-	RJ	RJ	MA
Secretário Geral	BA	BA	BA	BA
Primeiro Secretário	GO	SP	SP	SP
Segundo Secretário	AM	AM	AM	AM
Primeiro Tesoureiro	MA	MA	MA	MS
Segundo Tesoureiro	PR	PR	PR	SE
Líder da Câmara	PE	PE	PE	NI
Líder do Senado	PI	PI	PI	NI
*NI = NÃO INFORMADO				

	2008	mar/2011 [¶]	dez/2011 [§]	2015
Presidente	RJ	RN	RN	RN
Vice ass. Econômicos	PR	PR	PE	SE
Vice ass. Des. Social	PA	PB	SP	SP
Vice ass. Institucionais	PE	PE	PE	PE
Vice ass Trab. e Habitação	DF	SE	AL	AL
Vice ass educ., cult. e esporte	RS	RS	MG	MG
Vice ass saúde	GO	GO	GO	MS
Vice ass direitos humanos	MG	AM	AM	AM
Vice ass infra-estrutura e cidades	MG	RJ	PB	PB
Vice ass meio-ambiente	BA	BA	BA	BA
Vice ass. Relações exteriores	PI	PI	PI	AP
Vice ass. Segurança pública	CE	MT	MT	MT
Vice ass. Comunic. e tec. Inform.	SC	SC	MS	CE
Vice ass ciencia e tecnologia	BA	BA	BA	BA
Vice ass. Dir Estaduais	TO	TO	PA	PA
Secretário-Geral	MT	MG	RS	RS
Tesoureiro	MS	MS	SH*	SH*
¶Antes da dissidência PSD				
§Depois da dissidência PSD				
* SH: Não possui histórico de atividade política identificada				
Fonte: o autor a partir das atas de relações de membros dos órgãos executivos nacionais dos partidos disponível no TSE				

Tabela 3: PT - Composições das Elites Estaduais nas Comissões Executivas Nacionais, por cargo e ano

	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2008	2010	2014
Presidente	SP	SP	SP	SP	SP	SP	SP	SP	SP
1 Vice-Presidente	MG	SP	SP	SP	SP	SP	SP	CE	CE
2 Vice-Presidente	SP		SP	MG	MG	RS	ES	-	-
3 Vice-Presidente	SP	SP	SP	SP	SP	SP	SP	RN	RJ
Secretário Geral	SP	SP	SP	MG	SP	RS	SP	SP	MG
Tesouraria geral/Secretário de Finanças	-	SP	GO	GO	GO	SH [†]	SH [†]	SP	SE
1 Tesoureiro	BA	BA	SP	-	-	-	-	-	-
2 Tesoureiro	SP	SP	SP	-	-	-	-	-	-
1 Secretário	SP	-	SP	-	-	-	-	-	-
2 Secretário	PE	-	SP	-	-	-	-	-	-
Secretaria Organização	-	SP	-	SP	SP	MG	SP	SP	PR
Secretaria Comunicação	-	-	SP	SP	-	SP	MG	PR	RJ
Secretaria Formação Política	-	-	-	SP	SP	SP	SP	SP	SP
Secretário Sindical	-	-	RJ	RJ	-	-	-	-	-
Secretário Movimentos Populares	-	SP	-	BA	BA	PE	SP	SP	DF
Líder da Câmara	NI*	SP	SP	SP	BA	RS	PE	AC	AC
Líder do Senado	NI*	SE	AL	SP	AC	MS	SC	PE	PE

*NI: Não Informado

†SH: Não possui histórico de atividade política identificada

Fonte: o autor a partir das atas de relações de membros dos órgãos executivos nacionais dos partidos disponível no TSE

Tabela 4: Participação na Executiva Nacional do PFL por UF (1996-2003)														
	SC	BA	RN	MG	GO	AM	MA	PR	PE	PI	RJ	SP	MS	SE
Presidente	4													
1 Vice-Presidente			1						3					
2 Vice-Presidente			3	1										
3 Vice-Presidente				2							1			
4 Vice-Presidente							1				2			
Secretário Geral		4												
Primeiro Secretário					1							3		
Segundo Secretário						4								
Primeiro Tesoureiro							3						1	
Segundo Tesoureiro								3						1
Líder da Câmara									3					
Líder do Senado										3				
Total	4	4	4	3	1	4	4	3	6	3	3	3	1	1

Fonte: o autor a partir das atas de relações de membros dos órgãos executivos nacionais dos partidos disponível no TSE

Tabela 5: Participação dos estados na Executiva Nacional do DEM por UF (2008-2015)

	RN	RJ	PR	PE	PA	PB	SP	PE	DF	SE	AL	RS	MG	GO	AM	BA	PI	CE	MT	SC	MS	TO	AP
Presidente	3	1																					
Vice ass. Econômicos			2	1						1													
Vice ass. Des. Social					1	1	2																
Vice ass. Institucionais				1				3															
Vice ass Trab. E Habitação									1	1	2												
Vice ass educ., cult. E esporte												2	2										
Vice ass saude														3							1		
Vice ass direitos humanos													1		3								
Vice ass infra-estrutura e cidades		1				2							1										
Vice ass meio-ambiente																4							
Vice ass. Relações exteriores																	3						1
Vice ass. Segurança pública																		1	3				
Vice ass. Comunic. E tec. Inform																		1		2	1		
Vice ass ciencia e tecnologia																4							
Vice ass. Dir Estaduais					2																	2	
Secretário-Geral												2	1						1				
Tesoureiro																					2		
Total	3	2	2	2	3	3	2	3	1	2	2	4	5	3	3	8	3	2	4	2	4	2	1

Tabela 6: Participação na Executiva Nacional do PT por UF (1995-2014)

	SP	CE	MG	RS	ES	RJ	RN	SE	GO	BA	PR	AC	PE	MS	DF	AL	SC
Presidente	8																
1 Vice-Presidente	6	2	1														
2 Vice-Presidente	2		2	1	1												
3 Vice-Presidente	7					1	1										
Secretário Geral	6		2	1													
Tesouraria geral/Secretário de Finanças	2							1	3								
1 Tesoureiro	1									2							
2 Tesoureiro	3																
1 Secretário	2																
2 Secretário	1												1				
Secretaria Organização	5		1								1						
Secretaria Comunicação	3		1			1					1						
Secretaria Formação Política	5																
Secretário Sindical						2											
Secretário Movimentos Populares	3									2			1		1		
Líder da Câmara	3			1						1		2	1				
Líder do Senado	1							1				1	2	1		1	1
Total	58	2	7	3	1	4	1	2	3	5	2	3	5	1	1	1	1

As tabelas 4-6 contabilizam as participações das elites estaduais nas Executivas Nacionais entre 1996- 2015 no PFL/DEM e entre 1995-2014 no PT. Ainda como PFL, a CEN entre 1996 e 2003 chegou a ser composta por dirigentes de 14 unidades da federação com presença média de 3,14 cargos por estado componente. Por outro lado, como já observamos, na maioria dos casos as mesmas elites estaduais ocupam os mesmos cargos. Com o processo de refundação e reconfiguração do órgão, o Democratas, entre 2008 e 2015, ampliou o acesso a Executiva Nacional do partido a 23 estados e a presença média de cargos por estado passou a 2,72. Apesar dessa “fragmentação” da Executiva Nacional, as elites estaduais se apresentam de forma estável no partido – por permuta de cargos, em um primeiro momento, seguido de uma constância nas duas últimas composições.

A elite paulistana na Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2014 ocupou 58% dos cargos analisados. As segundas forças que mais ocuparam cargos foram da BA, MG e PE com taxas entre 7-5%. A supremacia paulista se mostra, como já mencionado, nos principais cargos do órgão.

2.2 Evolução do Eleitorado

Uma forma de começar a entender a competição pelas executivas e as atuações partidárias nas trajetórias eleitoral e organizacional talvez seja pela evolução das bases dos partidos – os eleitores filiados. Já que a recondução da cúpula ao órgão executivo – nas Convenções pefelistas/democratas e nos Encontros/PED¹⁹ petistas – e a reserva de um eleitorado estável estão vinculados a dinâmicas que cercam os filiados. Nessa medida, as tabelas 7-8 mostram, entre 2002 e 2014, a quantidade de filiados e as porcentagens do peso desses na base do partido e no número de eleitores por estado e ano.

O desenvolvimento das bases filiadas estaduais de ambos os partidos sofreram variações diferentes no período pesquisado. Enquanto PFL/DEM passou por uma breve variação negativa seguida de rápida recuperação do montante de sua base, o PT quase dobra número de filiados da organização entre 2002 e 2014.

¹⁹ Em 2001, há uma mudança no estatuto do Partido dos Trabalhadores que institui o Programa de Eleições Diretas (PED) como método para a seleção de dirigências em todos os níveis do partido. Dessa forma, os Encontros partidários perdem sua centralidade no partido a partir de tal ano.

Já em relação à distribuição das bases pelo território, ambos os partidos se aproximam bastante. Os dois partidos mantiveram concentradas suas bases em um pequeno número de estados com baixa variação entre as UF's em que possuíam maior peso. O PFL, em 2002, continha cerca de 70% de sua base concentrada em 9 estados e o PT 68% dos filiados em 8 estados. Já em 2014 a organização democrata passa por um pequeno declínio com 64% em 8 UF's, enquanto a petista mantinha os mesmos 68% em 8 estados. Essa pequena variação negativa do PFL/DEM se dá devido ao enfraquecimento da base do partido no RJ e PE em detrimento do crescimento do MT, mas BA, GO, MG, PR, RS, SC e SP mantêm seus números. As variações de peso das bases estaduais dos filiados no PFL/DEM não correspondem de maneira clara às variações das elites estaduais nas composições das Executivas Nacionais do partido, reforçando, em alguma medida, o diagnóstico de Tarouco (1999) sobre a independência progressiva da cúpula do partido dos filiados.

No caso do PT, embora a base tenha praticamente dobrado em tamanho, as grandes forças se mantêm do início para o final do período analisado (BA, CE²⁰, MG, PR, RJ, RS e SP). Mostrando a estratégia acertada da elite petista na manutenção de sua hegemonia interna mesmo com a abertura das bases da organização. Com a flexibilização dos critérios de filiação partidária a partir do estatuto 1995 e a mudança do método eleitoral interno em 2001, substituição dos Encontros pelo Programa de Eleições Diretas, houve forte estímulo à ampliação dos filiados petistas (Ribeiro, 2010) o que acabou por não comprometer a distribuição de forças internas das bases, possivelmente contribuindo, ao contrário, com o reforço da estabilidade da cúpula petista.

²⁰ Das bases petistas, apenas a do CE demonstra certa irregularidade no caminho, mesmo se mantendo como protagonista.

Tabela 7: Eleitores Filiados - PFL/DEM

UF	2002			2006			2010			2014		
	Filiados	Partido%	Eleitorado%	Filiados	Partido%	Eleitorado%	Filiados	Partido%	Eleitorado%	Filiados	Partido%	Eleitorado%
AC	2.591	0,253	0,701	2.163	0,211	0,525	2.278	0,207	0,506	2.673	0,246	0,527
AL	10.459	1,023	0,654	8.705	0,847	0,469	10.222	0,927	0,514	10.417	0,957	0,522
AM	9.175	0,898	0,602	10.208	0,994	0,573	10.402	0,944	0,534	11.346	1,042	0,509
AP	8.840	0,865	3,032	7.022	0,684	1,948	6.687	0,607	1,705	6.591	0,606	1,445
BA	99.015	9,686	1,157	89.738	8,736	0,987	91.820	8,329	0,991	86.692	7,965	0,851
CE	27.172	2,658	0,565	26.041	2,535	0,486	28.276	2,565	0,495	28.243	2,595	0,451
DF	6.359	0,622	0,417	18.744	1,825	1,133	18.695	1,696	1,068	18.673	1,716	0,981
ES	18.146	1,775	0,845	14.907	1,451	0,639	16.647	1,51	0,675	16.777	1,541	0,631
GO	41.850	4,094	1,243	43.640	4,248	1,169	43.629	3,957	1,11	45.539	4,184	1,05
MA	38.641	3,78	1,139	39.496	3,845	1,007	40.570	3,68	0,97	40.734	3,743	0,906
MG	136.650	13,367	1,078	134.733	13,116	0,987	148.394	13,46	1,048	144.771	13,301	0,95
MS	14.170	1,386	1,003	14.292	1,391	0,918	16.860	1,529	1,027	16.789	1,543	0,924
MT	15.526	1,519	0,895	37.257	3,627	1,92	53.033	4,81	2,617	56.111	5,155	2,559
PA	20.392	1,995	0,571	19.325	1,881	0,464	20.795	1,886	0,452	23.830	2,189	0,459
PB	35.140	3,437	1,514	35.345	3,441	1,376	37.700	3,42	1,414	36.860	3,387	1,301
PE	42.047	4,113	0,779	39.358	3,831	0,676	38.821	3,521	0,636	38.046	3,496	0,598
PI	32.034	3,134	1,732	29.625	2,884	1,429	28.370	2,573	1,291	26.572	2,441	1,133
PR	71.248	6,97	1,069	63.219	6,154	0,889	72.120	6,542	0,977	72.810	6,69	0,926
RJ	48.500	4,744	0,475	35.561	3,462	0,327	40.348	3,66	0,355	37.489	3,444	0,309
RN	21.406	2,094	1,117	23.083	2,247	1,101	24.634	2,234	1,13	26.477	2,433	1,138
RO	9.039	0,884	1,022	9.091	0,885	0,92	8.961	0,813	0,861	9.206	0,846	0,815
RR	837	0,082	0,401	3.684	0,359	1,582	2.994	0,272	1,19	3.434	0,316	1,145
RS	52.690	5,154	0,716	53.821	5,239	0,696	57.808	5,244	0,726	58.744	5,397	0,701
SC	110.073	10,767	2,844	109.588	10,668	2,633	122.481	11,11	2,784	113.540	10,432	2,338
SE	12.976	1,269	1,132	12.857	1,252	0,991	12.683	1,15	0,92	12.610	1,159	0,867
SP	115.619	11,31	0,45	126.033	12,269	0,45	126.885	11,509	0,43	124.004	11,393	0,387
TO	21.549	2,108	2,74	19.691	1,917	2,233	20.253	1,837	2,206	19.347	1,778	1,94
TOTAL	1.022.275			1.027.268			1.102.460			1.088.415		

Tabela 8: Eleitores Filiados – PT

UF	2002			2006			2010			2014		
	Filiados	% Partido	% Eleitorado	Filiados	% Partido	% Eleitorado	Filiados	% Partido	% Eleitorado	Filiados	% Partido	% Eleitorado
AC	3.809	0,46	1,031	5.145	0,491	1,248	6.230	0,522	1,383	9.082	0,572	1,79
AL	5.565	0,671	0,348	5.388	0,514	0,291	6.189	0,518	0,311	9.765	0,615	0,489
AM	5.484	0,662	0,36	8.431	0,805	0,473	6.063	0,508	0,311	16.335	1,029	0,733
AP	2.784	0,336	0,955	5.005	0,478	1,389	5.545	0,464	1,414	7.438	0,469	1,631
BA	40.124	4,841	0,469	44.489	4,246	0,49	59.496	4,984	0,642	84.237	5,309	0,827
CE	27.927	3,37	0,581	36.115	3,447	0,674	52.194	4,372	0,914	76.490	4,821	1,221
DF	9.925	1,198	0,651	8.990	0,858	0,543	7.475	0,626	0,427	14.307	0,902	0,752
ES	16.006	1,931	0,745	17.149	1,637	0,735	20.748	1,738	0,841	25.313	1,595	0,952
GO	30.776	3,713	0,914	35.818	3,418	0,96	32.484	2,721	0,827	48.281	3,043	1,113
MA	10.420	1,257	0,307	12.756	1,217	0,325	18.451	1,546	0,441	27.392	1,726	0,609
MG	114.011	13,756	0,899	127.726	12,189	0,935	137.831	11,546	0,973	178.937	11,277	1,174
MS	20.625	2,489	1,46	33.775	3,223	2,169	31.813	2,665	1,937	38.629	2,435	2,126
MT	3.421	0,413	0,197	12.897	1,231	0,665	14.121	1,183	0,697	21.047	1,326	0,96
PA	25.330	3,056	0,709	25.878	2,47	0,622	42.927	3,596	0,933	59.079	3,723	1,137
PB	14.855	1,792	0,64	21.135	2,017	0,823	23.286	1,951	0,873	29.031	1,83	1,025
PE	27.507	3,319	0,51	32.762	3,127	0,562	43.585	3,651	0,714	60.207	3,794	0,946
PI	10.800	1,303	0,584	14.304	1,365	0,69	21.712	1,819	0,988	27.104	1,708	1,155
PR	46.742	5,64	0,701	60.072	5,733	0,845	63.855	5,349	0,865	81.048	5,108	1,031
RJ	48.748	5,882	0,477	75.200	7,177	0,692	94.480	7,914	0,832	122.377	7,713	1,008
RN	7.956	0,96	0,415	9.484	0,905	0,452	8.559	0,717	0,393	12.714	0,801	0,547
RO	10.046	1,212	1,136	10.886	1,039	1,102	11.562	0,969	1,111	14.096	0,888	1,249
RR	240	0,029	0,115	747	0,071	0,321	1.048	0,088	0,417	1.302	0,082	0,434
RS	98.657	11,904	1,341	108.734	10,377	1,406	113.762	9,529	1,428	146.401	9,227	1,747
SC	33.262	4,013	0,859	40.738	3,888	0,979	44.087	3,693	1,002	58.244	3,671	1,2
SE	7.378	0,89	0,643	12.165	1,161	0,938	13.952	1,169	1,012	16.228	1,023	1,116
SP	202.401	24,422	0,788	274.842	26,229	0,98	302.412	25,332	1,024	389.076	24,521	1,215
TO	3.724	0,449	0,474	7.117	0,679	0,807	9.794	0,82	1,067	12.381	0,78	1,241
TOTAL	828.523			1.047.851			1.193.792			1.586.699		

Quanto à variação do peso das bases nos eleitorados estaduais, o PFL/DEM estabelece seus filiados pelo território nacional com uma presença média de 1% por UF nos anos analisados, apesar de passar por uma leve variação negativa. Por outro lado, o Partido dos Trabalhadores prolifera o peso de seus filiados em suas bases eleitorais no país, saindo de médias estaduais de 0,678% para 1,090% por estado entre 2002 e 2014.

O número de estados com uma presença de eleitores filiados mais efetiva na organização pefelista/democrata se mantém o mesmo no período (em dez UF's), entretanto, houve alterações entre os estados – BA, MA e SE dão lugar ao DF, MT e RR e no AP, GO, PB, PI, RN, SC e TO as bases do partido permanecem fortes. Se compararmos as composições históricas da CEN no partido com as trajetórias da evolução das bases estaduais em seus pesos na filiação e nos eleitorados encontraremos uma correspondência maior com os eleitores, principalmente após a refundação do partido em Democratas. Isto é, no que tange as bases estaduais do PFL/DEM, aparentemente, os caminhos da evolução do peso eleitoral corresponderam com mais precisão a variação das elites estaduais da cúpula do partido do que os caminhos da disposição estadual dos filiados.

A expansão do peso médio das bases no eleitorado petista é acompanhada da disseminação nos estados – os filiados da organização passam a ocupar, no período analisado, um peso eleitoral mais relevante em GO, MG, PI e SE e consolidam o protagonismo no AC, AP, CE, MS, RO, RS, SC, SP e TO. Entretanto, em contrapartida ao caso do PFL/DEM, essa variação do peso eleitoral das bases estaduais, durante o período estudado, não correspondeu com tanta fidedignidade a ampliação estável do peso estadual dos filiados e a estabilidade das composições da cúpula executiva petista – ou seja, a diversificação da base não repercutiu na CEN petista.

2.3 Fontes de captação recursos

As tabelas 9-10 dispõem dos dados referentes ao peso (em percentual) dos recursos próprios do partido (contribuições de filiados, doações, aplicações e receitas de eventos e etc) e públicos (fundo partidário e contribuições estatutárias) na receita dos Diretórios Nacionais (DN) do PFL/DEM e PT entre 1995 e 2014²¹.

²¹ O PFL/DEM não possui contribuições dos filiados discriminados nas contas partidárias no período investigado e as Contas Partidárias do PT de 2005 e 2006 não estavam disponíveis no arquivo do TSE.

Tabela 9: PFL/DEM - Peso das fontes de captação de recursos do DN 1995-2014			
Ano	Recursos Públicos		Recursos Próprios
	Fundo Partidário	Contribuições Estatutárias	(Filiação+Doações+Eventos +Aplicações e etc)
1995	0,59		0,41*
1996	0,96		0,04*
1997	0,96	0,04	0
1998	0,96	0,04	0
1999	0,97	0,01	0,02
2000	0,97	0	0,03
2001	0,97	0	0,03
2002	0,99	0	0
2003	0,99	0	0,01
2004	0,95	0	0,04
2005	0,99	0	0,01
2007	0,98	0,01	0,01
2008	0,37	0	0,63
2009	0,95	0,01	0,05
2010	0,82	0,01	0,17
2011	0,99	0	0,01
2012	0,98	0	0,02
2013	0,99	0	0,01
2014	0,91	0	0,09

Fonte: o autor a partir das prestações de contas partidárias entregue ao TSE

*As contas partidárias do PFL em 1995 e 1996 não diferenciam as contribuições estatutárias de receitas próprias dos partidos

Tabela 10: PT- Peso das fontes de captação de recursos do DN 1995-2014				
Ano	Recursos Públicos		Recursos Próprios	
	Fundo Partidário	Contribuições Estatutárias	Filiados	(Doações+Eventos+ Aplicações e etc)
1995	0,12	0,61	-	0,27
1996	0,72	0,20	0,02	0,06
1997	0,71	0,25	0,02	0,01
1998	0,71	0,21	0,04	0,04
1999	0,67	0,25	0,06	0,02
2000	0,71	0,14	0,00	0,14
2001	0,78	0,15	0,01	0,06
2002	0,70	0,07	0,00	0,22
2003	0,74	0,16	0,01	0,09
2004	0,52	0,15	0,00	0,32
2005	-	-	-	-
2006	-	-	-	-
2007	0,61	0,07	0,09	0,23
2008	0,28	0,04	0,02	0,67
2009	0,63	0,08	0,04	0,26
2010	0,37	0,05	0,02	0,57
2011	0,55	0,06	0,01	0,38
2012	0,52	0,08	0,02	0,38
2013	0,34	0,09	0,09	0,47
2014	0,41	0,15	0,05	0,38

Fonte: o autor a partir de Ribeiro(2010) e prestação de contas entregue ao TSE

Como as tabelas mostram, os recursos públicos são, majoritariamente, as principais rendas do DN do Partido da Frente Liberal/Democratas nas últimas duas décadas – com destaque ao fundo partidário, que corresponde em média 91% dos recursos do órgão no período analisado. As receitas nos anos de 1995 e 2008 do PFL/DEM chamam a atenção por desviarem da tendência dos demais anos²². Os recursos públicos também compõem de forma decisiva as receitas do DN petista, entretanto, na última década, seu peso diminuiu consideravelmente em contrapartida ao aumento das doações privadas, principalmente.

Contribuições estatutárias, em ambos os casos, e de filiados, pelo lado do PT, não pesaram decisivamente sobre as rendas dos partidos, o que somado aos demais achados aponta para um mesmo processo de sustentação financeira dos dois partidos: a dependência estatal para o financiamento da organização, contudo em graus distintos. Sendo que do lado do PFL/DEM temos um cenário majoritariamente estável dessa dependência ao Estado desde a segunda metade da década de 90. Promovendo, conjuntamente, uma forte autonomia financeira da cúpula do partido frente às oposições intrapartidárias e aos setores sociais e também uma forte sujeição da segurança/estabilidade das finanças do partido as formas tomadas pela regulação formal do Fundo Partidário (Lei nº 9.096/1995)²³. Do lado do PT a dependência estatal é contundente, mas decrescente, o que gera uma gradativa diversificação das fontes de receitas da organização e diminuição do grau de autonomia financeira da cúpula – principalmente, em relação aos grupos de interesse/doadores.

2.4 Repasses do Fundo Partidário aos Diretórios Estaduais

Segundo as prestações de contas partidárias ao TSE dos partidos estudados entre 1995 e 2014, a média de recursos do Fundo Partidário repassados pelos DN's para os Diretórios Estaduais do PFL/DEM é de 31% e do PT 20%. Dessas pequenas taxas do Fundo Partidário repassadas em média às organizações estaduais pelo PFL/DEM e PT também podemos encontrar padrões de concentração da renda interestaduais. As tabelas 11-12 apresentam, nesse intuito, os repasses dos Fundos Partidários feito pelos Diretórios Nacionais aos Estaduais entre 1996/1997 e 2014.

²² As causas desses pontos fora da curva seriam porque em 1995 os valores do fundo partidário eram irrisórios perto dos demais anos e o ano 2008 foi a primeira eleição do partido após o período de transição/refundação em Democratas, o que atraiu bastantes doações.

²³ Por exemplo, modificações nos critérios ou montantes alocados ou um acentuado declínio/crescimento no desempenho eleitoral do partido na Câmara dos Deputados teriam forte impacto na sustentação financeira do partido.

O caso do Partido da Frente Liberal/Democratas apresenta duas tendências de concentrações separadas pelo momento de refundação do partido em 2006/2007. Isto é, ainda como PFL o partido apresenta, em linhas gerais, seus repasses razoavelmente bem distribuídos – o caso que desvia com frequência desse padrão foi o Diretório da Bahia, que foi bastante privilegiado no período. Já como Democratas, os repasses tomaram um formato mais estavelmente seletivo: entre 2007 e 2014, os Diretórios Estaduais do RN, PE, SE e PB passaram a ser privilegiados pelo DN democrata – forças, em sua maioria, com projeções na Executiva Nacional do partido. A divisão interna de recursos do PFL/DEM, em ambos os momentos, não se associou, aparentemente, a algum critério de proporcionalidade na evolução de suas bases filiadas – SC, SP e MG, por exemplo, possuem um repasse de verbas altamente desproporcionais ao seu peso nas bases do partido.

De forma contrária, os repasses aos Diretórios Estaduais no Partido dos Trabalhadores sempre foram regulados (Ribeiro, 2010). As diversas formas estatutárias que a regra de divisão interna dos recursos tomou teve sempre como critério norteador o peso das bases estaduais do partido. Assim, entre 1997 e 2014, no Partido dos Trabalhadores a evolução da variação crescente da base repercutiu nos repasses do Fundo Partidário nos mesmos estados (com destaques SP, MG, RS e RJ que durante o período dominavam ao menos um terço dos repasses estaduais).

Outro ponto que chama a atenção é a diferença do montante de recursos repassados. Apesar do PFL/DEM reservar em média uma parcela maior do seu Fundo Partidário para os Diretórios Estaduais (31%) em relação ao PT (20%), os montantes de recursos repassados pela organização petista começaram a superar a democrata após 2010 em grandes volumes.

Tabela 11.1: PFL/DEM - Repasses Diretórios Estaduais

	1997		1998		2000		2002		2004	
	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses
AC	-	-	230.000	0,05	135.000	0,03	146.000	0,03	-	-
AL	131.000	0,04	145.000	0,03	126.000	0,03	152.000	0,03	160.000	0,03
AP	52.000	0,01	135.000	0,03	88.000	0,02	152.000	0,03	190.000	0,04
AM	129.000	0,04	220.000	0,05	162.500	0,04	194.000	0,04	192.000	0,04
BA	368.000	0,1	368.000	0,09	302.500	0,07	336.000	0,07	352.000	0,06
CE	109.000	0,03	104.000	0,02	159.500	0,04	160.000	0,03	280.000	0,05
DF	69.000	0,02	85.000	0,02	131.000	0,03	170.000	0,03	176.000	0,03
ES	107.000	0,03	121.000	0,03	20.000	0	227.113	0,05	38.000	0,01
GO	101.000	0,03	92.000	0,02	133.500	0,03	176.000	0,04	176.000	0,03
MA	203.000	0,06	191.000	0,04	202.500	0,05	154.000	0,03	334.200	0,06
MT	140.000	0,04	150.000	0,03	128.000	0,03	160.000	0,03	183.000	0,03
MS	121.000	0,03	109.000	0,03	140.000	0,03	144.000	0,03	157.000	0,03
MG	212.000	0,06	170.000	0,04	200.000	0,05	220.000	0,04	264.000	0,05
PA	78.000	0,02	52.000	0,01	-	-	-	-	190.000	0,04
PB	87.000	0,02	121.000	0,03	150.500	0,04	176.000	0,04	176.000	0,03
PR	167.000	0,05	132.000	0,03	164.500	0,04	184.000	0,04	198.172	0,04
PE	200.000	0,06	210.000	0,05	196.100	0,05	204.000	0,04	236.000	0,04
PI	198.000	0,06	203.000	0,05	188.000	0,05	176.000	0,04	222.000	0,04
RJ	129.000	0,04	198.000	0,05	157.500	0,04	224.000	0,04	216.000	0,04
RN	114.000	0,03	185.000	0,04	46.000	0,01	318.000	0,06	176.000	0,03
RS	83.000	0,02	80.000	0,02	123.500	0,03	159.000	0,03	202.000	0,04
RO	99.000	0,03	160.000	0,04	221.000	0,05	160.000	0,03	200.000	0,04
RR	140.000	0,04	92.000	0,02	228.550	0,06	238.000	0,05	288.000	0,05
SC	152.000	0,04	162.000	0,04	179.500	0,04	199.276	0,04	250.000	0,05
SP	129.000	0,04	193.000	0,04	189.000	0,05	216.000	0,04	192.230	0,04
SE	115.000	0,03	175.000	0,04	172.500	0,04	160.000	0,03	176.000	0,03
TO	121.000	0,03	220.000	0,05	114.000	0,03	218.000	0,04	192.000	0,04
Total	3.554.000		4.303.000		4.059.150		5.023.389		5.416.602	

Tabela 11.2: PFL/DEM - Repasses Diretórios Estaduais

	2007		2008		2010		2012		2014	
	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses
AC	-	-	-	-	91.000	0,02	76.000	0,01	255.000	0,06
AL	160.000	0,03	160.000	0,03	170.000	0,03	133.000	0,02	180.000	0,04
AP	154.000	0,03	240.000	0,04	152.000	0,03	46.000	0,01	70.000	0,02
AM	192.000	0,04	192.000	0,04	192.000	0,03	258.000	0,03	40.000	0,01
BA	-	-	-	-	-	-	643.000	0,09	375.000	0,09
CE	180.000	0,04	235.000	0,04	190.000	0,03	149.500	0,02	-	-
DF	176.000	0,03	176.000	0,03	116.000	0,02	180.000	0,02	161.000	0,04
ES	152.000	0,03	152.000	0,03	-	-	120.000	0,02	70.000	0,02
GO	176.000	0,03	190.000	0,03	296.000	0,05	336.000	0,04	203.000	0,05
MA	260.000	0,05	250.000	0,05	240.000	0,04	180.000	0,02	117.000	0,03
MT	216.000	0,04	187.000	0,03	205.000	0,04	206.000	0,03	155.146	0,04
MS	152.000	0,03	152.000	0,03	114.000	0,02	126.000	0,02	106.000	0,02
MG	224.000	0,04	230.000	0,04	262.000	0,04	298.000	0,04	275.000	0,06
PA	195.000	0,04	266.500	0,05	290.000	0,05	321.535	0,04	618.000	0,14
PB	176.000	0,03	44.000	0,01	382.000	0,07	288.000	0,04	396.000	0,09
PR	184.000	0,04	183.000	0,03	191.000	0,03	169.156	0,02	192.000	0,04
PE	298.000	0,06	222.000	0,04	454.000	0,08	1.319.000	0,18	315.000	0,07
PI	276.500	0,05	317.000	0,06	217.000	0,04	-	-	-	-
RJ	241.000	0,05	256.000	0,05	144.000	0,02	192.000	0,03	-	-
RN	176.000	0,03	213.500	0,04	376.000	0,06	424.000	0,06	301.700	0,07
RS	367.000	0,07	368.000	0,07	88.000	0,02	369.000	0,05	-	-
RO	160.000	0,03	40.000	0,01	-	-	-	-	-	-
RR	154.000	0,03	222.000	0,04	144.000	0,02	232.000	0,03	96.000	0,02
SC	235.000	0,05	320.000	0,06	630.000	0,11	166.000	0,02	96.000	0,02
SP	216.000	0,04	296.000	0,05	216.000	0,04	518.000	0,07	108.000	0,02
SE	182.000	0,04	341.000	0,06	416.620	0,07	596.530	0,08	22.000	0,01
TO	235.000	0,05	212.000	0,04	251.500	0,04	178.000	0,02	209.000	0,05
Total	5.137.500		5.465.000		5.828.120		7.524.721		4.360.846	

Tabela 12.1: PT - Repasses Diretórios Estaduais										
	1996		1998		2000		2002		2003	
	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses
AC	18.251	0,01	11.718	0,01	10.482	0	-	-	8.270	0
AL	20.058	0,01	17.627	0,01	52.497	0,02	46.132	0,02	98.551	0,01
AM	19.154	0,01	20.240	0,01	-	-	12.749	0	43.143	0,01
AP	12.528	0,01	15.159	0,01	27.731	0,01	42.214	0,01	103.203	0,01
BA	82.407	0,05	111.910	0,06	126.968	0,06	188.736	0,07	356.812	0,04
CE	84.817	0,05	108.044	0,05	160.290	0,07	156.710	0,06	290.033	0,04
DF	35.945	0,02	79.498	0,04	105.126	0,05	92.756	0,03	256.539	0,03
ES	68.853	0,04	95.687	0,05	19.289	0,01	-	-	217.016	0,03
GO	67.045	0,04	79.797	0,04	90.338	0,04	18.843	0,01	150.144	0,02
MA	40.238	0,02	37.500	0,02	52.497	0,02	49.304	0,02	52.900	0,01
MG	195.058	0,11	250.869	0,12	228.574	0,1	277.956	0,1	766.373	0,1
MS	37.648	0,02	37.971	0,02	120.605	0,05	83.158	0,03	409.819	0,05
MT	27.142	0,02	35.336	0,02	9.797	0	62.963	0,02	112.570	0,01
PA	39.636	0,02	59.686	0,03	13.044	0,01	148.766	0,05	247.742	0,03
PB	50.479	0,03	45.118	0,02	63.947	0,03	127.269	0,05	233.229	0,03
PE	61.021	0,04	109.895	0,05	-	-	-	-	181.560	0,02
PI	50.479	0,03	42.919	0,02	67.976	0,03	14.916	0,01	169.264	0,02
PR	64.937	0,04	66.282	0,03	121.100	0,05	133.205	0,05	416.377	0,05
RJ	61.500	0,04	121.761	0,06	224.126	0,1	120.034	0,04	438.892	0,06
RN	20.660	0,01	17.986	0,01	9.951	0	57.193	0,02	118.661	0,01
RO	30.901	0,02	29.910	0,01	45.210	0,02	47.980	0,02	94.988	0,01
RR	232	0	12.110	0,01	11.313	0	27.006	0,01	68.558	0,01
RS	118.101	0,07	189.559	0,09	132.607	0,06	322.963	0,11	994.706	0,12
SC	52.697	0,03	61.060	0,03	14.542	0,01	124.168	0,04	169.560	0,02
SE	242.14	0,01	43.697	0,02	58.689	0,03	50.635	0,02	135.374	0,02
SP	435.901	0,25	301.990	0,15	504.487	0,22	541.163	0,19	1.738.693	0,22
TO	20.057	0,01	16.111	0,01	37.018	0,02	80.835	0,03	96.610	0,01
Total	1.739.959		2.019.440		2.308.204		2.827.654		7.969.587	

Tabela 12.2: PT - Repasses Diretórios Estaduais										
	2007		2008		2010		2012		2014	
	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses	Repasses	Percentual dos Repasses
AC	32.273	0,01	85.445	0,02	88.935	0,02	173.472	0,02	189.651	0,01
AL	44.917	0,01	55.121	0,01	102.820	0,02	-	-	219.816	0,02
AM	65.531	0,02	118.266	0,02	147.672	0,03	27.693	0	320.368	0,02
AP	80.320	0,03	69.034	0,01	124.936	0,02	45.631	0	280.147	0,02
BA	159.086	0,05	298.780	0,06	94.079	0,02	637.707	0,06	600.405	0,04
CE	161.589	0,05	320.660	0,07	402.418	0,08	206.558	0,02	1.097.465	0,08
DF	147.421	0,05	145.616	0,03	163.608	0,03	215.696	0,02	461.140	0,03
ES	75.946	0,03	90.915	0,02	162.066	0,03	264.493	0,02	210.806	0,02
GO	24.271	0,01	18.192	0	221.398	0,04	412.554	0,04	471.195	0,03
MA	105.383	0,03	7.880	0	-	-	288.239	0,03	370.643	0,03
MG	221.283	0,07	446.473	0,09	670.992	0,13	1.320.041	0,12	1.526.903	0,11
MS	231.208	0,08	96.385	0,02	209.577	0,04	286.746	0,03	313.162	0,02
MT	82.984	0,03	90.915	0,02	190.996	0,04	168.951	0,02	384.851	0,03
PA	9.901	0	-	-	67.503	0,01	-	-	662.243	0,05
PB	-	-	178.917	0,04	227.789	0,04	293.982	0,03	409.673	0,03
PE	45.944	0,02	227.668	0,05	423.175	0,08	845.515	0,08	943.787	0,07
PI	71.187	0,02	90.915	0,02	157.796	0,03	316.237	0,03	350.533	0,03
PR	174.452	0,06	380.832	0,08	305.842	0,06	568.786	0,05	632.077	0,05
RJ	84.010	0,03	331.601	0,07	-	-	864027	0,08	960874	0,07
RN	40.483	0,01	6.091	0	113.482	0,02	225.485	0,02	104.608	0,01
RO	36.271	0,01	30.025	0,01	123.973	0,02	179.521	0,02	219.761	0,02
RR	46.489	0,02	58.094	0,01	69.167	0,01	128.722	0,01	149.430	0,01
RS	306.110	0,1	397.242	0,08	499.616	0,1	994.921	0,09	883.562	0,06
SC	41.570	0,01	42.680	0,01	201.034	0,04	139.716	0,01	188.204	0,01
SE	45.532	0,02	48.446	0,01	106.816	0,02	268.715	0,02	267.137	0,02
SP	681.680	0,23	1.238.254	0,25	375.111	0,07	1.842.557	0,17	1.232.308	0,09
TO	0	0	0	0	-	-	243.444	0,02	280.147	0,02
Total	3.015.841		4.874.447		5.250.801		10.959.409		13.730.896	

2.5 Estratégias Organizacionais

Essa rápida descrição das trajetórias organizacionais do PFL/DEM e do PT possibilita algumas reflexões preliminares sobre possíveis padrões do conflito intrapartidário em ambos os casos estudados. Estratégias implementadas pelas cúpulas das organizações analisadas para manter o controle do partido, concentrando recursos materiais (fontes e repasses do financiamento) e organizacionais (filiais e eleitores) em certas arenas/órgãos estaduais.

Partindo das composições das Comissões Executivas Nacionais, podemos observar que o caso do PFL/DEM apresenta duas trajetórias similares separadas pela reconfiguração do órgão no episódio de refundação do partido. Ambas as tendências apresentam disposição de arranjo forças semelhantes, mas em escalas diferentes. Ainda como PFL, entre 1996-2005, a CEN apresentava um formato restrito com um pequeno número de forças altamente cristalizadas. E após a refundação como DEM, a configuração do órgão foi modificada, mas volta a apresentar, após um primeiro momento de instabilidade, indícios de uma cristalização das forças só que em um grau mais fragmentado de elites estaduais. Por outro lado, o Partido dos Trabalhadores, entre 1995 e 2014, apresentou uma estabilidade do órgão e de sua disposição de forças. A supremacia paulista atravessou os quase vinte anos do período estudado ocupando os principais cargos do partido, apesar de nas últimas duas composições apresentarem traços de uma maior fragmentação/reorganização.

A descrição da evolução das bases estaduais dos partidos sinaliza padrões coniventes com as disposições das forças das Executivas, só que por aspectos diferentes. A ampliação estável das bases estaduais petistas – que apesar de dobrar em quantidade, mantêm suas proporções razoavelmente estáveis nas mesmas UF's – encaminha eleitoralmente a manutenção das forças da cúpula petista. Já no caso do PFL/DEM, as alterações as variações do peso eleitoral das bases acompanha a emergência das elites estaduais – principalmente após a refundação da organização.

A preponderância dos recursos estatais como principais fontes de captação de recursos dos casos em estudo garantem forte autonomia financeira de ambas as cúpulas partidárias frente aos demais atores intrapartidários. O PFL/DEM com quase toda sua receita oriunda do Fundo Partidário, tem nas figuras de seus dirigentes forte liberdade na gestão do partido, apesar do ponto de vista extrapartidário depender dos critérios legislativos de divisão das reservas estatais – como o desempenho nos pleitos da Câmara dos Deputados ou a modificação da legislação, por exemplo. O PT também tem no Fundo Partidário sua maior fonte de renda, entretanto na última década começou a ter nas doações privadas uma crescente diversificação de suas receitas. Tal dinâmica diminui a dependência financeira do partido em relação às reservas estatais e aumenta em relação aos grupos de interesse prestadores.

A pequena parte das receitas partidárias direcionada aos Diretórios Estaduais de ambos os partidos (em média 31% no PFL/DEM e 20% no PT), além de indicar a forte hierarquização entre os níveis partidários nacional e estaduais, concentram-se de forma a beneficiar, em grande parte, elites estaduais com projeções nas executivas nacionais. No caso do PT, a divisão desses recursos é ponderada pelo peso das bases estaduais de filiados – o que, convenientemente, garante a concentração dos repasses nas UF's das grandes elites petistas que ocupam a CEN, como os dados mostram. O Partido da Frente Liberal apresentava equilíbrio considerável na distribuição dos recursos aos Diretórios Estaduais – a exceção da Bahia. Entretanto, com a refundação como Democratas, o padrão de alocação de recursos do partido passou a ser bem mais seletivo – privilegiando, principalmente, forças com projeções fortes na Executiva Nacional Partidária.

As divergentes trajetórias organizacionais do PT e PFL/DEM sugerem, em seus diferentes caminhos, movimentos de especialização estratégicas de elites estaduais na competição intrapartidária. Em ambos os partidos é possível notar estratégias contínuas de articulações seletivas dos recursos materiais e organizacionais. Especializações de domínio das organizações baseadas na ocupação e reserva das cúpulas partidárias por elites estaduais e no seletivo fluxo de bens alocados as suas bases sustentadoras. No caso do PT, a concentração da base de filiados em UF's específicas, blinda elites estaduais, componentes da cúpula do partido, a supostas ameaças/oposições intrapartidárias e, ao mesmo tempo, confere acesso a recursos materiais e organizacionais centrais a sua perpetuação no controle da máquina partidária em uma forte e estável estratégia de domínio. Do lado do PFL/DEM, os esforços bem sucedidos em centralizar e hierarquizar os órgãos executivos nacionais de forma a projetar cúpulas com alto potencial de cristalização nos momentos anterior e posterior a refundação indicam as especializações estratégicas nas trajetórias de sobrevivência da organização – articulando, seletivamente, seus recursos materiais e organizacionais.

3. Trajetórias eleitorais

Tendo em mente as formas de controle e articulação das organizações pesquisadas, passemos a investigação das mobilizações das máquinas eleitorais do PT e do PFL/DEM por suas coalizões dominantes.

3.1 Apoio eleitoral

A partir da divisão entre as votações totais para Deputados Estaduais e Deputados Federais canalizadas pelo PFL/DEM e PT é possível nos aprofundarmos na trajetória eleitoral das organizações estudadas. As tabelas 13-14 mostram a evolução histórica do peso eleitoral do PFL/DEM e do PT por UF nos níveis estadual e nacional – dispõe a variação das taxas de votações totais dos partidos em estudo em cada escrutínio proporcional entre 1998 e 2014.

O caminho traçado pelo PFL/DEM nas eleições proporcionais marca uma forte tendência de declínio do apoio eleitoral em todos os níveis de disputa. Já o Partido dos Trabalhadores exibe uma estabilidade em seu apoio eleitoral nos dois níveis de embate eleitoral, com um forte crescimento inicial em sua votação total seguido de variações estáveis.

O ápice do forte e capilar desempenho eleitoral do então PFL de 1998 – no qual desfrutava de elevados percentuais de apoio eleitoral total de 13% Deputados Estaduais e 17% para Deputados Federais – passa, principalmente após 2006, por um nítido declínio – reduzindo as suas respectivas taxas de apoio eleitoral total nos dois níveis de disputas em 2014 para valores entre 3-4%. Já o Partido dos Trabalhadores apresentou um desempenho eleitoral com taxas sólidas²⁴ – com amplitudes de variação, majoritariamente, de 3% para mais ou menos na sequência das eleições – obtendo, entre 1998 e 2014, uma variação de apoio eleitoral total para Deputado Estadual entre 11-12% e para Deputado Federal entre 13-14%.

Quanto ao posicionamento de ambos os partidos nos estados e nos dois níveis de disputa, as trajetórias se distanciam novamente. O progressivo declínio eleitoral do PFL/DEM afeta sua capilaridade e força nos estados brasileiros. Nas eleições para proporcionais a queda é agressiva, o forte desempenho eleitoral do Partido da Frente Liberal – que gozava nas eleições de 1998 e 2002, respectivamente, de média de peso eleitoral total por estado de 20% para Deputado Federal e de 14% para Deputados Estaduais – torna-se passado. E, o atual Democratas, sustenta tímidas médias de 8% para Deputado Federal e de 7% Deputado Estadual nos anos de 2010 e 2014. Contudo, este declínio da votação não foi homogêneo entre os estados. As tabelas de apoio

²⁴ A exceção da eleição proporcional de 2002, na qual a taxas de apoio eleitoral total teve o forte impulso freado nos escrutínios seguintes.

eleitoral do PFL/DEM evidenciam que mesmo com a queda das votações, certas forças protagonizaram a canalização de votos no partido – no nível estadual (BA, ES, RN e SE) e no nacional (TO, RN, ES, DF, CE e BA). Chama a atenção na nova disposição das forças entre esses dois níveis eleitorais dos Democratas os estados Bahia, Espírito Santo e o Rio Grande do Norte, que mantem posição relevância no partido em todas as disputas legislativas proporcionais.

	PFL					PT				
	1998	2002	2006	2010	2014	1998	2002	2006	2010	2014
AC	0,12	0,04	0,01	0,04	0,04	0,14	0,24	0,23	0,16	0,16
AL	0,06	0,03	0,09	0,07	0,06	0,06	0,05	0,03	0,09	0,07
AM	0,16	0,17	0,07	0,05	0,05	0,03	0,04	0,05	0,06	0,06
AP	0,15	0,02	0,08	0,07	0,04	0,05	0,1	0,05	0,04	0,04
BA	0,34	0,24	0,26	0,07	0,1	0,09	0,16	0,17	0,17	0,2
CE	0,03	0,02	0,02	0,03	0,02	0,07	0,1	0,09	0,09	0,08
DF	0,06	0,1	0,15	0,07	0,02	0,18	0,2	0,14	0,13	0,12
ES	0,12	0,11	0,07	0,1	0,07	0,06	0,1	0,09	0,11	0,09
GO	0,05	0,1	0,05	0,04	0,02	0,06	0,09	0,06	0,08	0,1
MA	0,18	0,31	0,1	0,1	0,04	0,04	0,05	0,05	0,06	0,05
MG	0,09	0,09	0,07	0,04	0,02	0,09	0,19	0,14	0,12	0,16
MS	0,06	0,04	0,03	0,05	0,03	0,13	0,18	0,17	0,14	0,14
MT	0,18	0,11	0,18	0,07	0,04	0,07	0,09	0,08	0,07	0,06
PA	0,08	0,01	0,09	0,04	0,05	0,09	0,13	0,13	0,14	0,1
PB	0,14	0,13	0,16	0,1	0,05	0,09	0,1	0,07	0,06	0,06
PE	0,19	0,11	0,15	0,04	0,02	0,06	0,11	0,12	0,07	0,08
PI	0,3	0,27	0,14	0,05	0	0,07	0,1	0,13	0,15	0,12
PR	0,24	0,11	0,07	0,07	0,05	0,08	0,16	0,1	0,1	0,08
RJ	0,13	0,07	0,09	0,02	0,01	0,09	0,12	0,08	0,07	0,08
RN	0,17	0,14	0,11	0,1	0,08	0,06	0,09	0,04	0,04	0,06
RO	0,12	0,08	0,02	0,03	0,03	0,08	0,13	0,11	0,11	0,09
RR	0,08	0,09	0,09	0,07	0,01	0,02	0,02	0,03	0,02	0,03
RS	0,03	0,04	0,05	0,02	0,01	0,2	0,22	0,17	0,21	0,19
SC	0,22	0,19	0,13	0,15	0,03	0,11	0,21	0,14	0,14	0,12
SE	0,13	0,19	0,21	0,13	0,08	0,06	0,1	0,12	0,11	0,1
SP	0,08	0,06	0,1	0,07	0,06	0,17	0,24	0,19	0,17	0,15
TO	0,34	0,29	0,15	0,09	0,04	0,04	0,06	0,09	0,1	0,11
Nº de Votos Totais	8.860.044	8.859.984	9.683.348	5.855.630	4.026.945	7.606.196	14.395.753	12.229.532	12.459.283	11.985.845
Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE										

Tabela 14: Percentual de Votos Totais do PFL/DEM e do PT para Deputados Federais, por estado e ano										
	PFL/DEM					PT				
	1998	2002	2006	2010	2014	1998	2002	2006	2010	2014
AC	0,35	0,03	0	0	0,06	0,23	0,27	0,22	0,24	0,24
AL	0,1	0,11	0,12	0,01	0,01	0,06	0,04	0,04	0,06	0,05
AM	0,42	0,32	0,12	0,12	0,06	0,02	0,02	0,11	0,12	0,05
AP	0,19	0,02	0,07	0,06	0,02	0,07	0,12	0,12	0,18	0,11
BA	0,47	0,42	0,35	0,14	0,09	0,14	0,19	0,2	0,25	0,21
CE	0,04	0,12	0,02	0,01	0,07	0,08	0,09	0,1	0,16	0,16
DF	0,12	0,3	0,23	0,04	0,11	0,23	0,27	0,17	0,27	0,14
ES	0,12	0,08	0,01	0	0,09	0,07	0,11	0,08	0,09	0,12
GO	0,08	0,13	0,08	0,13	0,01	0,06	0,1	0,08	0,1	0,09
MA	0,3	0,3	0,08	0,04	0	0,05	0,07	0,08	0,07	0,06
MG	0,15	0,12	0,09	0,07	0,05	0,11	0,23	0,17	0,17	0,18
MS	0,16	0,09	0,03	0,08	0,05	0,18	0,26	0,25	0,23	0,25
MT	0,17	0,13	0,09	0,06	0	0,05	0,12	0,12	0,13	0,09
PA	0,17	0,04	0,09	0,04	0,06	0,12	0,15	0,13	0,21	0,16
PB	0,21	0,11	0,09	0,09	0,06	0,08	0,1	0,07	0,1	0,07
PE	0,26	0,16	0,16	0,08	0,02	0,06	0,13	0,16	0,15	0,09
PI	0,38	0,31	0,17	0,2	0	0,11	0,17	0,18	0,18	0,19
PR	0,22	0,07	0,11	0,06	0,02	0,09	0,18	0,14	0,12	0,12
RJ	0,18	0,1	0,09	0,05	0,01	0,09	0,13	0,1	0,1	0,08
RN	0,25	0,2	0,14	0,17	0,08	0,09	0,17	0,09	0,15	0,09
RO	0,15	0,11	0	0	0,01	0,08	0,16	0,2	0,15	0,11
RR	0,04	0,32	0,17	0,12	0	0,02	0,02	0,03	0,04	0,04
RS	0,02	0,03	0,04	0,04	0,03	0,25	0,25	0,19	0,25	0,23
SC	0,21	0,16	0,15	0,17	0,04	0,12	0,24	0,18	0,18	0,14
SE	0,08	0,17	0,25	0,12	0,05	0,16	0,14	0,11	0,23	0,15
SP	0,11	0,07	0,08	0,07	0,04	0,19	0,25	0,19	0,19	0,14
TO	0,45	0,3	0,2	0,11	0,11	0,02	0,08	0,1	0,08	0,02
Nº de Votos Totais	11.525.100	11.705.288	10.181.878	7.301.171	4.085.487	8.786.528	16.093.971	13.989.853	16.584.282	13.554.166
Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE										

Em referência ao posicionamento do Partido dos Trabalhadores no território eleitoral brasileiro, a tabela revela uma consolidação da capilaridade do partido nos dois níveis de disputa associado a um movimento alteração dos pesos das principais bases eleitorais do partido entre estados. A estabilidade das votações totais do PT, em sutis variações de crescimento, implica em duas constatações: primeiro, em uma reserva de eleitores estável nas disputas e, segundo, na dificuldade do partido avançar sobre setores mais amplos do eleitorado. Isso incidiria em uma espécie de congelamento da capacidade competitiva eleitoral do partido nos níveis proporcionais – a organização

teria certa facilidade em manter determinados níveis de apoio eleitoral, mas fortes dificuldades em ampliar a canalização eleitoral.

Apesar dessa estabilidade geral das taxas de apoio eleitoral do PT nos níveis estadual e nacional, as disputas eleitorais no período analisado não são nada estáticas. Ao contrário, os dados revelam que o congelamento da capacidade competitiva eleitoral do Partido dos Trabalhadores se apoia em um dinâmico jogo de soma zero de suas bases estaduais, isto é, no crescimento da canalização de eleitores em determinadas unidades da federação junto ao decréscimo de outras. Isso pode ser observado na trajetória do apoio eleitoral para Deputados Estaduais e Federais. No nível estadual o apoio eleitoral do DF, PB e SP decrescem em contrapartida da ampliação do eleitorado em TO, SE, PI, MG, GO e BA, já no embate proporcional nacional as taxas de proporção da votação do DF, SP e RS perdem força em compensação a ascensão relativa de diversas unidades da federação (AP, BA, CE, ES, MG, MS, MT, PA e PI). Destaque-se, nesse “jogo de soma zero”, o declínio de São Paulo e Distrito Federal e o aumento das taxas de Bahia, Minas Gerais e Piauí nos dois níveis proporcionais apontados.

3.2 Concentração de Votos Nominais

Tendo em mente a distribuição do apoio eleitoral e do posicionamento das candidaturas para o PFL/DEM e o PT, observemos a seguir as características dos quadros eleitorais de ambos os partidos a partir do Gini dos votos nominais. Nas tabelas 15-18 são exploradas informações relativas à concentração de votos nominais nas eleições proporcionais entre 1998 e 2014. Utilizando a relação dos candidatos e suas respectivas votações, por estado e ano, foi aplicado o Índice de Gini a partir dos resultados eleitorais para Deputados Estaduais e Deputados Federais para o PFL/DEM e o PT no período estudado. Por meio do índice, verificaremos o grau de competitividade entre os quadros intrapartidários – em termos de tendências de crescimento/declínio nas sucessivas eleições, grau de centralização do apoio entre os pleitos em disputa e níveis de concorrência entre as UF's –, onde os partidos analisados geram candidaturas competitivas.

Tabela 15: PFL/DEM - Gini dos votos nominais e candidaturas dos Deputados Estaduais, por ano e UF										
UF	1998		2002		2006		2010		2014	
	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura
AC	0,953	20	0,939	16	0,957	7	0,917	12	0,968	28
AL	0,878	7	0,897	6	0,912	7	0,959	18	0,939	6
AM	0,969	31	0,933	13	0,963	27	0,962	25	0,969	32
AP	0,958	23	0,844	4	0,935	15	0,948	19	0,877	8
BA	0,972	35	0,960	25	0,968	30	0,963	27	0,962	26
CE	0,948	18	0,917	12	0,969	32	0,968	31	0,971	14
DF	0,968	30	0,979	40	0,985	65	0,979	30	0,979	46
ES	0,948	18	0,938	16	0,944	15	0,886	8	0,929	13
GO	0,953	20	0,967	30	0,964	26	0,926	9	0,919	12
MA	0,955	21	0,975	40	0,928	13	0,874	7	0,835	2
MG	0,972	35	0,970	32	0,947	18	0,924	13	0,923	13
MS	0,891	8	0,941	7	0,956	2	0,879	8	0,993	3
MT	0,948	18	0,938	13	0,939	15	0,917	12	0,938	13
PA	0,971	34	0,890	9	0,925	13	0,895	9	0,963	27
PB	0,953	20	0,942	16	0,947	17	0,925	11	0,943	9
PE	0,972	35	0,929	14	0,959	24	0,964	28	0,751	4
PI	0,966	28	0,952	19	0,949	18	0,924	10	0,963	3
PR	0,973	36	0,962	26	0,953	21	0,943	17	0,924	10
RJ	0,988	80	0,978	44	0,985	63	0,983	52	0,986	69
RN	0,929	13	0,897	8	0,900	10	0,909	8	0,847	6
RO	0,967	29	0,923	13	0,915	10	0,906	8	0,921	12
RR	0,950	19	0,925	13	0,942	17	0,909	11	0,957	3
RS	0,917	11	0,968	30	0,974	24	0,981	35	0,941	14
SC	0,963	26	0,968	30	0,951	18	0,957	21	0,834	6
SE	0,924	12	0,949	18	0,934	13	0,938	13	0,900	10
SP	0,976	41	0,964	27	0,983	54	0,971	33	0,962	24
TO	0,962	25	0,952	20	0,959	24	0,953	20	0,886	2
Tot	0,953	663	0,941	501	0,950	533	0,936	495	0,925	332

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Tabela 16: PT - Gini dos votos nominais e candidaturas dos Deputados Estaduais, por ano e UF										
UF	1998		2002		2006		2010		2014	
	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura
AC	0,941	16	0,970	33	0,959	23	0,960	21	0,968	28
AL	0,901	9	0,875	8	0,870	4	0,963	20	0,959	19
AM	0,878	7	0,933	14	0,896	9	0,960	21	0,917	10
AP	0,917	11	0,942	17	0,922	12	0,959	14	0,927	11
BA	0,960	24	0,980	50	0,979	47	0,982	38	0,981	53
CE	0,910	10	0,950	20	0,955	22	0,981	20	0,929	14
DF	0,972	35	0,976	41	0,966	29	0,987	38	0,975	34
ES	0,953	20	0,960	25	0,955	22	0,970	21	0,931	14
GO	0,969	31	0,986	69	0,977	42	0,982	44	0,980	51
MA	0,966	28	0,971	33	0,961	25	0,979	32	0,962	23
MG	0,986	68	0,984	62	0,982	56	0,993	79	0,986	69
MS	0,955	21	0,943	17	0,949	19	0,967	18	0,968	28
MT	0,945	17	0,962	26	0,939	13	0,959	13	0,937	12
PA	0,968	30	0,972	34	0,957	23	0,976	35	0,974	39
PB	0,938	15	0,961	25	0,917	12	0,974	22	0,944	13
PE	0,917	11	0,972	34	0,964	28	0,951	14	0,948	17
PI	0,945	17	0,955	22	0,896	9	0,972	19	0,948	19
PR	0,979	47	0,984	62	0,977	41	0,965	23	0,969	30
RJ	0,980	50	0,985	68	0,980	50	0,993	71	0,986	65
RN	0,929	13	0,962	26	0,910	11	0,947	16	0,954	21
RO	0,950	19	0,971	34	0,972	35	0,974	30	0,966	28
RR	0,813	4	0,897	9	0,860	7	0,907	10	0,863	7
RS	0,982	54	0,986	69	0,976	40	0,989	78	0,984	60
SC	0,973	36	0,976	41	0,973	35	0,979	43	0,967	29
SE	0,917	11	0,961	24	0,909	11	0,964	6	0,863	7
SP	0,990	97	0,992	127	0,991	109	0,992	96	0,990	103
TO	0,945	17	0,971	33	0,970	33	0,972	29	0,961	25
Tot	0,944	683	0,962	982	0,947	738	0,970	871	0,953	829

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Tabela 17: PFL/DEM - Gini dos votos nominais e candidaturas dos Deputados Federais, por ano e UF

UF	1998		2002		2006		2010		2014	
	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura
AC	0,929	13	0,808	3	0,855	5	1,000	1	0,880	8
AL	0,750	2	0,667	3	0,803	5	0,836	4	0,839	4
AM	0,901	9	0,883	8	0,889	9	0,813	3	1,000	1
AP	0,861	6	1,000	1	0,670	2	0,810	5	0,698	3
BA	0,963	26	0,959	24	0,950	20	0,938	16	0,950	20
CE	0,813	4	0,910	11	0,882	5	0,927	7	0,836	6
DF	0,778	3	0,836	6	0,941	13	0,935	2	1,000	1
ES	0,878	7	0,878	7	0,906	4	0,637	2	0,955	13
GO	0,813	4	0,814	3	0,801	5	0,857	7	0,797	4
MA	0,891	8	0,928	13	0,858	4	0,975	3	0,500	2
MG	0,950	19	0,958	24	0,931	14	0,923	13	0,929	14
MS	0,840	5	0,673	3	1,000	1	0,725	3	0,777	4
MT	0,840	5	0,844	4	0,838	6	0,935	3	1,000	1
PA	0,878	7	0,571	2	0,800	5	0,835	6	0,896	9
PB	0,891	8	0,807	4	0,800	5	0,667	3	1,000	2
PE	0,934	14	0,865	6	0,912	11	0,886	7	1,000	1
PI	0,891	8	0,893	9	0,912	8	0,800	5	0,671	3
PR	0,938	15	0,919	8	0,935	12	0,892	7	0,957	4
RJ	0,976	40	0,955	21	0,955	22	0,967	30	0,966	28
RN	0,813	4	0,825	4	0,797	3	-	-	1,000	1
RO	0,891	8	0,926	11	1,000	1	0,722	2	0,546	2
RR	0,778	3	0,871	7	0,897	5	0,854	5	1,000	1
RS	0,861	6	0,871	6	0,869	7	0,929	13	0,996	3
SC	0,901	9	0,902	10	0,877	8	0,881	8	0,794	3
SE	0,861	6	0,931	7	0,860	5	0,883	8	0,506	2
SP	0,962	25	0,943	17	0,975	36	0,964	25	0,934	12
TO	0,901	9	0,801	4	0,840	6	0,833	3	0,736	2
Tot	0,877	273	0,861	226	0,880	227	0,862	191	0,858	154

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

Tabela 18: PT - Gini dos votos nominais e candidaturas dos Deputados Federais, por ano e UF										
UF	1998		2002		2006		2010		2014	
	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura	Gini	Candidatura
AC	0,840	5	0,916	10	0,804	4	0,873	6	0,901	10
AL	0,813	4	0,850	6	0,851	5	0,830	4	1,000	1
AM	0,750	2	0,772	3	0,972	4	0,859	2	0,861	7
AP	0,891	8	0,811	5	0,854	5	0,831	4	0,882	5
BA	0,901	9	0,935	15	0,955	21	0,967	21	0,957	21
CE	0,840	5	0,879	8	0,889	9	0,860	6	0,901	10
DF	0,910	10	0,889	9	0,909	11	0,923	7	0,914	10
ES	0,840	5	0,902	10	0,840	6	0,857	7	0,897	9
GO	0,917	11	0,949	19	0,914	9	0,910	11	0,877	8
MA	0,910	10	0,897	6	0,878	8	0,931	8	0,981	23
MG	0,974	37	0,980	46	0,975	38	0,987	39	0,97	36
MS	0,910	10	0,888	7	0,891	9	0,931	8	0,936	7
MT	0,917	11	0,864	7	0,893	9	0,877	7	0,673	3
PA	0,901	9	0,875	8	0,900	10	0,932	11	0,885	8
PB	0,917	11	0,929	14	0,817	5	0,900	9	0,873	7
PE	0,813	4	0,943	13	0,889	9	0,913	8	0,877	8
PI	0,901	9	0,900	10	0,811	5	0,901	6	0,839	6
PR	0,950	19	0,967	30	0,960	25	0,946	11	0,941	17
RJ	0,960	24	0,968	31	0,959	24	0,988	43	0,974	38
RN	0,924	12	0,912	11	0,960	3	0,985	4	0,873	7
RO	0,878	7	0,946	17	0,911	11	0,949	12	0,908	10
RR	0,750	2	0,680	2	0,864	3	0,670	3	0,801	5
RS	0,971	34	0,969	30	0,969	29	0,956	20	0,946	17
SC	0,934	14	0,949	19	0,938	16	0,945	18	0,944	17
SE	0,750	2	0,911	11	0,893	6	0,904	3	0,875	5
SP	0,978	45	0,984	59	0,983	57	0,984	58	0,99	68
TO	0,891	8	0,927	13	0,901	8	0,874	4	1,000	1
Tot	0,886	327	0,903	419	0,903	349	0,907	340	0,906	364

Fonte: o autor, a partir de dados do TSE

As votações nominais para Deputados Estaduais e Federais do PT e PFL/DEM, apesar de também serem altamente concentradas, detêm nuances particulares que caracterizam as trajetórias eleitorais das organizações. O Partido dos Trabalhadores

caminhou no nível estadual, a partir de 1998 (0,944), em uma baixa variação média da concentração dos votos, de amplitude próxima de 0,025 até 2014 (0,953). Já no pleito nacional a tendência foi uma estabilidade (0,903-0,907), antecedida de um curto crescimento da concentração de votos (0,886-0,903). Em relação ao PFL/DEM, nas eleições proporcionais estaduais e nacionais a tendência foi o declínio do Índice do Gini dos votos nominais, respectivamente 0,941-0,925 e 0,877-0,858 – com exceção, em ambos os escrutínios, para o ano de 2006, no qual as concentrações de votos tiveram picos de 0,950 nas eleições para Deputado Estadual e 0,880 nas eleições para Deputado Federal.

Possíveis explicações para esses movimentos na concentração de votos dos partidos entre 1998 e 2014 podem ser encontradas nas evoluções históricas das alocações das candidaturas e distribuições dos apoios eleitorais. A queda do Gini na maioria das UF's nos níveis estadual e nacional de disputa para o PFL poderia indicar um aumento do nível de competitividade intrapartidário. Entretanto, se considerarmos os históricos partidários de diminuição do número de candidaturas e de declínio do apoio eleitoral, é possível entender a queda da concentração nominal de votos mais como o enfraquecimento das hegemonias dos tradicionais quadros partidários do que o simples aumento do grau de competitividade pelo fortalecimento de seus quadros fracos e médios. Nessa linha, se nos determos aos poucos casos onde houve concentração do apoio eleitoral após a queda da votação total para Deputados Estaduais (BA, ES, RN e SE) e Deputados Federais (TO, RN, ES, DF, CE e BA) podemos observar a maioria dos cenários onde houve um leve aumento ou estabilidade da concentração nominal de votos no PFL/DEM. Ou seja, provavelmente os raros estados onde houve a manutenção do protagonismo de tradicionais quadros no PFL/DEM.

A condição de estabilidade do Gini petista em ambos os pleitos também pode ter motivação nas trajetórias das candidaturas e do apoio eleitoral petista. Os rígidos níveis da concentração das votações nominais para Deputados Estaduais e Federais não encontram, em uma análise superficial, reforço no aumento proporcional das candidaturas junto à estabilidade das votações totais. Ao contrário, os dados do PT, o aumento das candidaturas e a estabilidade do apoio eleitoral, sugerem uma variação positiva do Gini de votos nominais – pelo aumento da concentração de votos ou pelo aumento do grau de competição entre os candidatos do partido.

Contudo, como já observamos, a estabilidade nacional da votação total do PT é fundada em um jogo de soma zero do apoio eleitoral estadual. A dinâmica alternância

das votações entre os estados pode explicar, ao mesmo tempo, a estabilidade gerais das médias de concentração votos no partido e das variações interestaduais do Gini petista. Se compararmos as tabelas de apoio eleitoral e a de concentração dos votos nominais para os níveis estadual e nacional no Partido dos Trabalhadores encontraremos, na maioria dos casos, variações mútuas entre as trajetórias do Gini e as trajetórias do apoio eleitoral nos pleitos em questão. Isto é, se analisarmos, por exemplo, os destaques petistas na variação do apoio eleitoral entre 1998 e 2014 para Deputados Estaduais (DF, PB, SP, TO, SE, PI, MG, GO e BA) e para Deputados Federais (DF, SP, RS, AP, BA, CE, ES, MG, MS, MT, PA e PI) poderemos observar, em boa parte dos casos, variações respectivas nos índices de concentração da votação nominal. Deste modo, as alterações dos quadros interestaduais hegemônicos do PT ajuda a explicar, ao mesmo tempo, as estabilidades médias gerais e variações mútuas interestaduais entre a trajetória de apoio eleitoral e a trajetória de concentração da votação nominal

3.3 Eleitos

As tabelas 19-22 exibem o total de cadeiras em disputa e as percentagens ocupadas pelo Partido dos Trabalhadores e o Partido da Frente Liberal entre 1998 e 2014 por pleito e unidade da federação. Por meio destes dados podemos observar as trajetórias de acesso de PT e PFL nas esferas de decisões Legislativas estaduais e nacional – verificando as variações históricas de seus pesos e posicionamentos no regime representativo brasileiro.

O Partido da Frente Liberal/Democratas em todos os escrutínios proporcionais apresentou trajetórias de forte declínio em seus resultados eleitorais. Durante o período analisado, nas Câmaras Estaduais a porcentagem média de cadeiras ocupadas caiu 12% e na Câmara dos Deputados Federais 16%. Do outro lado, o Partido dos Trabalhadores apresentou resultados eleitorais moderadamente crescentes para os Legislativos proporcionais – a exceção do declínio das taxas no ano de 2014. O crescimento ocorreu entre os anos de 1998 e 2010 – nas Câmaras Estaduais uma variação positiva de 6% e na Câmara dos Deputados Federais de 5%. Na eleição de 2014, os 14% das cadeiras Legislativas estaduais do PT diminuem para 10% e no nível nacional decrescem de 17% para 13%.

	1998	2002	2006	2010	2014
AC (24)	0,13	0,04	0,00	0,04	0,04
AL(27)	0,07	0,04	0,04	0,07	0,07
AM(24)	0,17	0,21	0,08	0,04	0,04
AP(24)	0,13	0,00	0,08	0,08	0,04
BA(63)	0,37	0,25	0,25	0,08	0,10
CE(46)	0,04	0,02	0,02	0,02	0,02
DF(24)	0,08	0,08	0,17	0,08	0,00
ES(30)	0,20	0,13	0,10	0,17	0,07
GO(41)	0,05	0,07	0,05	0,05	0,02
MA(42)	0,21	0,33	0,14	0,10	0,05
MG(77)	0,09	0,06	0,09	0,04	0,03
MS(24)	0,08	0,04	0,04	0,04	0,04
MT(24)	0,21	0,13	0,21	0,08	0,04
PA(41)	0,07	0,00	0,10	0,02	0,05
PB(36)	0,14	0,11	0,17	0,14	0,06
PE(49)	0,24	0,14	0,16	0,04	0,02
PI(30)	0,33	0,30	0,13	0,07	0,00
PR(54)	0,22	0,13	0,11	0,11	0,07
RJ(70)	0,16	0,06	0,09	0,01	0,00
RN(24)	0,21	0,17	0,13	0,08	0,08
RO(24)	0,13	0,08	0,04	0,04	0,04
RR(24)	0,17	0,08	0,13	0,13	0,00
RS(55)	0,04	0,02	0,05	0,02	0,00
SC(40)	0,23	0,20	0,15	0,18	0,03
SE(24)	0,13	0,13	0,21	0,13	0,08
SP(94)	0,12	0,06	0,12	0,09	0,09
TO(20)	0,42	0,29	0,17	0,08	0,04
Total(1059)	0,16	0,11	0,11	0,07	0,04

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

	1998	2002	2006	2010	2014
AC (24)	0,13	0,21	0,29	0,17	0,21
AL(27)	0,07	0,04	0,07	0,11	0,07
AM(24)	0,04	0,04	0,04	0,08	0,08
AP(24)	0,08	0,08	0,04	0,00	0,00
BA(63)	0,10	0,16	0,16	0,22	0,17
CE(46)	0,07	0,11	0,07	0,11	0,04
DF(24)	0,21	0,21	0,17	0,21	0,17
ES(30)	0,03	0,13	0,07	0,13	0,10
GO(41)	0,02	0,10	0,07	0,10	0,10
MA(42)	0,02	0,05	0,05	0,07	0,05
MG(77)	0,06	0,19	0,12	0,14	0,13
MS(24)	0,04	0,13	0,17	0,17	0,17
MT(24)	0,08	0,08	0,08	0,04	0,00
PA(41)	0,10	0,12	0,15	0,20	0,07
PB(36)	0,08	0,11	0,06	0,08	0,06
PE(49)	0,06	0,10	0,10	0,10	0,06
PI(30)	0,03	0,10	0,17	0,17	0,10
PR(54)	0,07	0,17	0,11	0,11	0,06
RJ(70)	0,10	0,11	0,09	0,09	0,09
RN(24)	0,04	0,08	0,04	0,04	0,04
RO(24)	0,08	0,17	0,13	0,13	0,08
RR(24)	0,00	0,04	0,00	0,00	0,04
RS(55)	0,22	0,24	0,18	0,25	0,20
SC(40)	0,13	0,23	0,15	0,18	0,13
SE(24)	0,04	0,04	0,17	0,17	0,08
SP(94)	0,15	0,24	0,21	0,26	0,16
TO(20)	0,00	0,04	0,08	0,13	0,13
Total(1059)	0,08	0,13	0,12	0,14	0,10

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

Tabela 21: Percentual de Deputados Federais Eleitos - PFL/DEM					
	1998	2002	2006	2010	2014
AC(8)	0,38	0,00	0,00	0,00	0,00
AL(9)	0,11	0,22	0,22	0,00	0,00
AM(8)	0,50	0,38	0,13	0,13	0,13
AP(8)	0,25	0,00	0,13	0,13	0,00
BA(39)	0,51	0,49	0,33	0,15	0,10
CE(22)	0,05	0,09	0,00	0,00	0,05
DF(8)	0,13	0,13	0,25	0,00	0,13
ES(10)	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00
GO(17)	0,12	0,18	0,06	0,18	0,00
MA(18)	0,33	0,39	0,11	0,06	0,00
MG(53)	0,15	0,13	0,11	0,06	0,04
MS(8)	0,13	0,13	0,00	0,13	0,13
MT(8)	0,13	0,13	0,00	0,13	0,00
PA(17)	0,18	0,06	0,12	0,06	0,06
PB(12)	0,25	0,08	0,08	0,08	0,08
PE(25)	0,32	0,20	0,12	0,08	0,04
PI(10)	0,50	0,40	0,20	0,20	0,00
PR(30)	0,20	0,07	0,17	0,07	0,00
RJ(46)	0,20	0,09	0,11	0,04	0,02
RN(8)	0,38	0,25	0,13	0,00	0,13
RO(8)	0,25	0,13	0,00	0,25	0,00
RR(8)	0,00	0,38	0,25	0,13	0,00
RS(31)	0,03	0,03	0,06	0,03	0,03
SC(16)	0,19	0,13	0,19	0,19	0,00
SE(8)	0,00	0,25	0,38	0,13	0,00
SP(70)	0,11	0,10	0,07	0,09	0,06
TO(8)	0,38	0,38	0,38	0,25	0,13
Total	0,20	0,16	0,13	0,08	0,04

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

Tabela 22: Percentual de Deputados Federais Eleitos - PT					
	1998	2002	2006	2010	2014
AC(8)	0,25	0,38	0,38	0,25	0,38
AL(9)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11
AM(8)	0,00	0,00	0,13	0,13	0,00
AP(8)	0,00	0,25	0,13	0,13	0,13
BA(39)	0,13	0,18	0,21	0,26	0,21
CE(22)	0,05	0,09	0,18	0,18	0,18
DF(8)	0,25	0,25	0,13	0,38	0,13
ES(10)	0,10	0,10	0,10	0,10	0,20
GO(17)	0,06	0,12	0,12	0,06	0,06
MA(18)	0,00	0,06	0,06	0,06	0,06
MG(53)	0,13	0,21	0,17	0,15	0,17
MS(8)	0,25	0,38	0,25	0,25	0,25
MT(8)	0,00	0,13	0,13	0,00	0,13
PA(17)	0,18	0,18	0,18	0,24	0,12
PB(12)	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08
PE(25)	0,04	0,12	0,20	0,16	0,00
PI(10)	0,10	0,10	0,20	0,20	0,20
PR(30)	0,10	0,20	0,13	0,17	0,13
RJ(46)	0,09	0,15	0,13	0,11	0,11
RN(8)	0,00	0,13	0,13	0,13	0,00
RO(8)	0,00	0,25	0,25	0,13	0,00
RR(8)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RS(31)	0,26	0,26	0,23	0,26	0,23
SC(16)	0,13	0,31	0,19	0,25	0,13
SE(8)	0,13	0,13	0,13	0,25	0,13
SP(70)	0,20	0,26	0,20	0,21	0,14
TO(8)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,12	0,18	0,16	0,17	0,13

Fonte: o autor, a partir dos dados do TSE

No que diz respeito à ocupação das Câmaras Estaduais e a Câmara dos Deputados Federais no período de análise, as tendências de declínio do PFL/DEM também reorganizam os quadros do partido. No nível estadual, AM, MT, PE, PI, RJ, RR, SC e TO deixam de compor as hegemonias eleitorais nos níveis estaduais do Democratas, em contrapartida houve as ascensões de AL, PA, PB, SE e SP e a manutenção das forças da BA, ES, MA, PR e RN – mesmo com as quedas dos números de eleitos. Em relação às cadeiras do PFL/DEM para Deputados Federais, AC, AP, PI, PR, RJ e RO perdem peso na composição da legenda democrata para CE, DF, MS, MG, PA e SP²⁵ e AM, BA, PB, PE, RN e TO retêm suas ponderações decisivas nos quadros do partido, mesmo com as perdas de assentos.

O Partido dos Trabalhadores trilha caminhos complexos na construção de suas bancadas Legislativas. Duas tendências gerais podem ser identificadas nos resultados eleitorais para as Câmaras dos Deputados Estaduais e a Câmara dos Deputados Federais no período pesquisado: a conquista ascendente de cadeiras entre 1998 e 2010, em ambos os pleitos, seguida de uma brusca queda das taxas entre 2010 e 2014.

No nível estadual, nesse primeiro movimento, os estados do AP, MT, PB e RJ passam para segundo plano nos quadros estaduais do PT, na medida em que tais UF's não conseguem manter suas taxas de eleitos próximas as grandes forças no partido (AC, BA, DF, PA, RS, SC e SP) e, também, não apresentam dinamismo de crescimento no acesso às Câmaras Estaduais como MS, PI e SE. Já na segunda fase, em 2014, as principais bancadas legislativas estaduais são rearranjadas pelo movimento de declínio eleitoral, assim: PA e SE perdem seu pesos centrais; BA, DF, PI, RS, SC e SP sustentam seus pesos nos quadros petistas, mesmo com a queda das porcentagens de eleitos; AC e MS ganham posições relativas de maior relevância no PT, pela manutenção de seus resultados; e forças até então secundárias começam a compor os maiores quadros do partido (ES, GO, MG, RO e TO), pelo enfraquecimento dos maiores quadros.

A primeira tendência dos resultados eleitorais para Deputado Federal entre 1998 e 2010 apresenta taxas de crescimento que projetam PI, PR e CE para acompanharem as já grandes bancadas do partido provenientes do AC, BA, DF, MS, PA, RS, SC, SE e SP

²⁵ Sendo que nos casos de MG, PA e SP, apesar da diminuição dos números de cadeiras nos estados, houve crescimento de suas importâncias relativas na bancada do partido em comparação ao período pefelista.

– com exceção a MG, que não acompanha esse movimento de crescimento. O segundo momento, assim como no pleito estadual, apresenta uma nova organização dos quadros partidários com as eleições de 2014 – o resultado eleitoral do PA perde destaque no partido; BA, DF, PR, RS, SC, SE e SP conservam suas posições centrais na força Legislativa nacional do PT, mesmo com os abatimentos em seus números; CE, MS e PI passam a se colocar com maior proeminência frente as demais bancadas estaduais, pela sustentação de suas taxas de eleitos; e AP, ES, MG e MT passam a desempenhar papel de destaque na composição da bancada, pelos seus crescimentos relativos com o movimento de declínio eleitoral do partido.

Como pode ser observado, as quedas generalizadas dos resultados eleitorais do PFL/DEM e as tendências de crescimento e declínio do PT nos pleitos proporcionais abrem caminho para uma reconfiguração das ponderações estaduais na composição dos principais quadros legislativos nos partido. Os posicionamentos dos quadros democratas e petistas pelo país se alteram visivelmente de acordo com as trajetórias eleitorais ascendentes e descendentes das organizações.

3.4 Estratégias Eleitorais

Ao observamos a movimentação das máquinas eleitorais do Partido da Frente Liberal/Democratas e do Partido dos Trabalhadores entre 1998 e 2014 por unidade da federação e em dois níveis de disputa – Deputados Estaduais e Deputados Federais –, procurei descrever as trajetórias dos partidos na evolução dos seus apoios eleitorais, nos graus de concentração de suas votações nominais e nos seus resultados eleitorais com vista a analisar tendências de embates eleitorais priorizados pelos partidos.

A trajetória do Partido da Frente Liberal/Democratas apresenta um forte declínio de sua força eleitoral como um todo, reagindo em um movimento de diminuição das frentes de embate eleitoral e concentração dos esforços eleitorais em estados chaves de acordo com o nível e pleito em disputa. A trajetória eleitoral do PFL/DEM sugere uma especialização competitiva eleitoral: um movimento de resistência ao declínio, por meio do emprego de uma estratégia de diminuição das frentes de embate e concentração dos esforços eleitorais em determinadas UF's.

A trajetória eleitoral do Partido dos Trabalhadores envolve um complexo jogo de soma zero. Apesar de apresentar uma postura aparentemente de crescimento e

estabilidade em suas caças eleitorais, em termos gerais de apoio eleitoral e variação da concentração de votos nominais, na maior parte do período pesquisado – a dinâmica de disputas interestaduais foi intensa com fortes variações. Indicando uma estratégia, predominantemente, de equilíbrio dinâmico da força eleitoral do partido – uma especialização competitiva eleitoral baseada em um domínio de quadros estaduais variantes. Nas últimas eleições, principalmente em 2014, houve uma estremecida desse equilíbrio dinâmico da força eleitoral petista – que tendeu a um moderado declínio dos resultados.

Ambas as trajetórias das organizações sugerem específicas mobilizações das máquinas eleitorais. Do lado do PFL/DEM, é possível destacar uma estratégia de “contenção de danos” – um rearranjo dos focos de disputas em específicos estados no cenário de decadência eleitoral geral. Do outro lado, o PT aparenta empregar uma estratégia eleitoral para os níveis proporcionais estaduais e nacional mais descentralizada entre 1998 e 2010 – sem o focos explícitos. A estabilidade das médias de apoio eleitoral e da concentração de votos nominais se sustentam em um equilíbrio dinâmico – na variação dos quadros estaduais do partido. Já em 2014, o PT apresenta quedas visíveis e difundidas entre boa parte das UF’s em ambos os níveis – apenas alguns quadros estaduais até então protagonistas escapam do declínio eleitoral. O reflexo do desempenho de crescimento/estabilidade eleitoral petista não reflete nas composições de suas CEN, entretanto, o declínio eleitoral coincide fortemente com a relativização da supremacia paulista no partido.

+ *Considerações finais*

Entender como os partidos políticos se mantêm competitivos no tempo, que tipos de comportamentos adotam em suas trajetórias, ainda é uma agenda de pesquisa recente e em desenvolvimento na literatura brasileira. O *paper* procurou contribuir nesta longa caminhada. O estudo da sobrevivência partidária no Brasil foi abordado por meio de uma análise comparada das trajetórias do PT e do PFL/DEM nos Legislativos (nacional e estadual), entre 1995 e 2014, procurando identificar padrões de comportamentos estratégicos dos partidos em suas disputas nas arenas organizacionais e eleitorais. A hipótese levantada sustenta que os partidos políticos traçam seus caminhos de sobrevivência na medida em que se especializam competitivamente em suas arenas de atuações pelo emprego de estratégias contínuas e alinhadas. Isto é, uma coalizão

dominante (Panebianco, 2005) emprega estratégia especializada (Michels, 1982) no sentido de perpetuar seu controle sobre o partido no tempo – por meio do domínio e articulação da organização e mobilização de sua máquina eleitoral –, gerando um fluxo de benefícios (incentivos seletivos e coletivos) aos atores intra e extrapartidários que lhe confere autoridade na gerência da organização.

A investigação comparada do PT e do PFL/DEM observou as composições dos órgãos diretivos máximos de ambos os partidos – as Comissões Executivas Nacionais (CEN) – e avaliou as estratégias de suas coalizões dominantes na gestão e alocação de suas condicionantes organizacionais – as fontes de financiamento, os repasses de recursos aos órgãos partidários subnacionais e os posicionamentos das bases – e eleitorais – o apoio eleitoral, a concentração de votos nominais e as cadeiras conquistadas – no intervalo de tempo pesquisado. Os resultados sugerem preliminarmente que, em ambos os partidos, as cúpulas dirigentes apresentaram especializações estratégicas contínuas e alinhadas entre as arenas organizacionais e eleitorais. E sustentaram suas autoridades no controle sobre as organizações enquanto mantiveram sucessos eleitorais – gerindo seletivamente os recursos materiais e organizacionais do partido, de forma a privilegiar suas bases sustentadoras. Já os resultados referentes aos períodos de declínios dos desempenhos nas arenas eleitorais Legislativas indicam mudanças organizacionais nos dois partidos – recomposições nas CEN dos partidos – e o emprego de nova estratégia de especializada, no caso PFL/DEM. Reforçando, até certo ponto, a hipótese da especialização estratégica: a falência/inconsistência de um comportamento estratégico especializado leva a mudança partidária – reconfiguração da coalizão dominante e a busca por uma nova estratégia especializada. Na medida em que o fluxo de bens promovido por certo arranjo de lideranças é reduzido/interrompido – pelo fracasso/declínio eleitoral –, a autoridade da coalizão dominante no controle do partido é questionada, levando a rearranjos das dirigências – o processo de refundação do PFL em DEM ilustra o ponto.

O tema da mudança organizacional e da sobrevivência partidária vem avançando nas últimas décadas. O trabalho piloto desenvolvido apresenta resultados promissores. Contudo, pesquisas de maior fôlego são fundamentais para conclusões mais robustas – mais do que achados, o *paper* aponta para uma agenda de pesquisa. Investigações que cerquem, ao mesmo tempo, as arenas de atuações partidárias

(organizacionais, eleitorais e governamentais) e as suas estratégias empregadas são necessárias para entender como os partidos políticos brasileiros sobrevivem.

+ Referências

- AMARAL, O. M. E.. Adaptação e resistência: o PT no Governo Lula entre 2003 e 2008. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 4, p. 105-134, jul./dez. 2010.
- BARDI, L.; CALOSSI, E.; PIZZIMENTI, E. Party Modelling and Changes in Party Organisation. In: ECPR GENERAL CONFERENCE, 2015.
- BARDI, L.; BARTOLINI, S.; TRECHSEL, A. Party adaptation and change and the crisis of democracy. *Party Politics*, v. 20, p. 151-159, 2014.
- VON BEYME, K. The evolution of comparative politics. In: CARAMANI, Daniele. *Comparative Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- BORGES, A. Nacionalização Partidária e Estratégias Eleitorais, no Presidencialismo de Coalizão. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 58, n. 3, 2015.
- BRAGA, M. S. S. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.4, p. 43-73, 2010.
- BRAGA, M. S. S.; MONTENEGRO, O. Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, p. 33-45, 2013.
- CARTY, K. Parties as Franchise Systems. *Party Politics*, v. 10, n. 1, p. 5-24, 2004.
- CARREIRÃO, Y. S. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 14, 2014.
- DESPOSATO, S. Reforma política brasileira. In: NICOLAU, J.; POWER, T. (org): *Instituições Representativas no Brasil: balanço e reforma*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007
- DUVERGER, M. *Os Partidos Políticos*. Tradução de Cristiano Monteiro Oiticica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar: Universidade de Brasília, 1980.
- ELSTER, J. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FLEISCHER, D. Os partidos políticos. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Org.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. 2. ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 303-347.
- GEORGE, A. L.; BENNETT, A. Case studies and theory development in the social sciences. Cambridge: MIT Press, 2005.
- GERRING, J. *Case study research: principles and practices*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007
- GUARNIERI, F. A força dos "partidos fracos": organização partidária e coordenação eleitoral no Brasil. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.
- HARMEL, J.; JANDA, K. An Integrated Theory of Party Goals and Party Change. *Journal of Theoretical Politics*, v.6, n.259, 1994.
- HARMEL, R.; TAYLOR-ROBINSON, M. M. Application of the Integrated Theory of Party Change to Latin America's Volatile Party Systems. In: CEISAL EUROPEAN CONGRESS OF LATINAMERICANISTS, 5., 2007.
- KATZ, R. S.; MAIR, P. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. *Party Politics*, v.1, n.1, 1995.
- KATZ, R. S.; MAIR, P. The Evolution of Party Organizations in Europe: The Three Faces of Party Organization. *The American Review of Politics*, v. 14, p. 593-617, 1993
- KEMAN, H. Comparative research methods. In: CARAMANI, Daniele. *Comparative Politics*. Oxford University Press, 2008
- KIRCHHEIMER, O. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.7, 2012.
- KRAUSE, S.. Uma análise comparativa das estratégias eleitorais nas eleições majoritárias (1994-1998-2002): coligações eleitorais x nacionalização dos partidos e do sistema partidário brasileiro. In: Silvana Krause; Rogério Schmitt. (Org.). *Partidos e Coligações Eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro e São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Fundação Editora da Unesp., 2005, v., p. 115-141.
- KROUWEL, A. Party Models. In KATZ, Richard S.; CROTTY, William J. (Coord.). *Handbook of party politics*. London: Sage Publications, 2006.
- MOTTA, R. P. S. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008

- PANEBIANCO, A. *Modelos de partido: organização e o poder nos partidos políticos*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PONGUNTKE, T.; SCARROW, S. E.; WEBB, P. D. Party rules, party resources and the politics of parliamentary democracies: How parties organize in the 21st century. *Party Politics*, p. 1-18, 2016
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7.ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- MAINWARIN, S. . Democracia presidencialista multipartidária. *Lua Nova*, n 28-29, 1993.
- MENDES RIBEIRO, R. L. Decadência longe do poder: refundação e crise do PFL. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, v. 22, n. 49, 2014.
- MENEGUELLO, R. *PT: A formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MELO, C. R. F. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 4, 2010.
- MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982
- NICOLAU, J. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. In: NICOLAU, J.; POWER, T. (org): *Instituições Representativas no Brasil: balanço e reforma*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- PEREIRA, C.; MULLER, B.; Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa: A Conexão Eleitoral no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 735-771, 2003.
- PIERSON, P. *Politics in time: History, institutions and social analysis*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- REZENDE, Flávio da Cunha. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.6 , p.297-337, jul./dez. 2011.
- RIBEIRO, P. F. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2010.
- RIBEIRO, P. F. . Distribuição ideológica das coligações eleitorais municipais: apresentando dados e discutindo possíveis influências da dinâmica política nacional. *Revista Versões*, v. 2, p. 103-120, 2006
- RIBEIRO, P. F. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 10, 2013.
- SARTORI, G. *Partidos e sistemas partidários: pensamento político*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- SPECK, B. W.; BRAGA, M. S. S.; COSTA, V. Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, p. 125-148, 2015.
- SPECK, B. W. Pensando a reforma do sistema de financiamento da política no Brasil. *Revista Parlamento e Sociedade*, São Paulo, v. 3, p. 99, 2016.
- SOUZA, M. C. C. C. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- STROM, K. 1990. A Behavioral Theory of Competitive Political Parties. *American Journal of Political Science*, v.34, n.2, 1990.
- TAROUCO, G. S. *O partido da frente liberal: trajetória e papel no sistema político*. 1999. 158f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.